

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS

2013



Município[®]

localização é valor!





ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Investimentos	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	79
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	87
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	101

Handwritten signature and initials in blue ink.

ÓRGÃOS SOCIAIS

AMDS 	SESIMBRA 	
OEIRAS 	GAIA 	AFONSO DIZ 

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Emídio António Baptista
Arq. Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora

Presidente
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo
Eng. João Paulo Mota da Costa Lopes
Dr. João Pedro Brito da Silva

Presidente
Administrador
Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva
em representação da Diz, Silva & Duarte, SROC

Membro Efetivo
SROC nº 118

Handwritten initials and date: 17/12/2002

RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Presidente
Atividade Desenvolvida
Política da Qualidade
Certificações Técnicas
Investimentos
Recursos Humanos
Evolução Económico-Financeira
Proposta de Aplicação de Resultados



2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2013.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Senhores Acionistas,

Desde 2008, que se assiste à degradação das condições económicas no território nacional e também além-fronteiras. As restrições orçamentais, aplicadas à Administração Pública, originadas pela imperativa necessidade de redução de custos, têm gerado em todos os setores económicos, falências de empresas, empresas em dificuldades e conseqüentemente despedimentos.

O setor onde operamos (Cartografia e Sistemas de Informação) tem sofrido fortemente as conseqüências dos ajustamentos em tudo o que são orçamentos públicos.

Um dos Consórcios que lideramos, para a execução do cadastro, que contava com 5 empresas, já viu duas delas entrarem em processo de falência.

Esse contrato com o Estado Português, será a qualquer momento revisto, em virtude de apenas a Município apresentar à data de hoje, vontade, capacidade técnica e financeira para o executar. O referido contrato prevê a faturação de 5.000.000 euros para os próximos 2 anos, garantindo desta forma trabalho em carteira.

A crise instalada não é de agora, contudo a Município tem alcançado resultados líquidos positivos em 2011 e 2012, não sendo contudo possível alcançar o mesmo desempenho em 2013.

Este ano, ficou marcado pelas eleições autárquicas em 29 de setembro, situação que levou ao adiamento de decisão de compra até essa data e que apenas em 2014 serão retomadas, tendo em conta as mudanças de executivos e os realinhamentos estratégicos a efetuar.

R
M 35

A Administração, consciente que os gastos permanentes são excessivos para responder ao mercado atual, viu-se obrigada a tomar a decisão mais difícil da existência da sociedade e que passou por implementar um plano de reestruturação de encargos fixos, originando necessariamente a redução de postos de trabalho.

Das negociações com os 13 intervenientes, resultaram 12 acordos firmados, ou seja, chegamos a acordo com 92% das pessoas a quem propusemos esta solução, isto é, reduzimos 25% de funcionários.

Em termos médios, cada indemnização ascendeu a 10.920 euros, ficando desta forma o quadro do pessoal a partir de janeiro de 2014 a contar com 32 elementos.

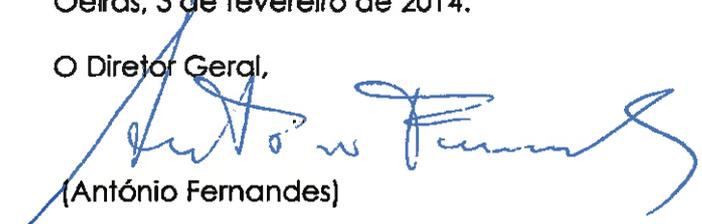
Esta decisão, visa reduzir os encargos fixos futuros, tendo em conta a sustentabilidade financeira e equilíbrio de contas requerida pela Lei que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local.

A redução substancial do volume de negócios de -1.093.567 euros, ou seja, -47% face a 2012, bem como os encargos relacionados com as compensações estabelecidas no âmbito da redução de 25% dos nossos efetivos a 31 de dezembro de 2013, originaram resultados excecionalmente negativos.

O objetivo passou por assumir em 2013, um mau resultado e em simultâneo preparar a empresa com uma estrutura de custos mais reduzidos para os exercícios económicos seguintes, de modo a ser mais competitiva, dando cumprimento ao preconizado pela Lei 50/2012, onde o equilíbrio de contas é fundamental. Espera-se desta forma, nos anos vindouros, não onerar os acionistas da sociedade, mas sim possibilitar a remuneração pelo seu investimento na sociedade.

Oeiras, 3 de fevereiro de 2014.

O Diretor Geral,


(António Fernandes)



2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Departamento de Cartografia

Os resultados do ano de 2013 apresentam-se como os piores de sempre no Departamento de Cartografia. Este decréscimo tem várias razões, entre as quais, a ocorrência de eleições autárquicas, a crise económica, a lei dos compromissos, os critérios de adjudicação (preço mais baixo) e também o fato do nosso território ser pequeno e estar quase todo cartografado.

Os projetos mais importantes e adjudicados durante ano foram;

- A Execução de cartografia vetorial às escalas 1:10.000 e 1:2.000 e ortofotocartografia à escala 1:2.000 para o Municípios associados da Associação de Municípios da Cova da Beira, correspondentes aos concelhos de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso;
- A atualização da cartografia de Chaves;
- O Levantamento cadastral de saneamento – validação Amadora;

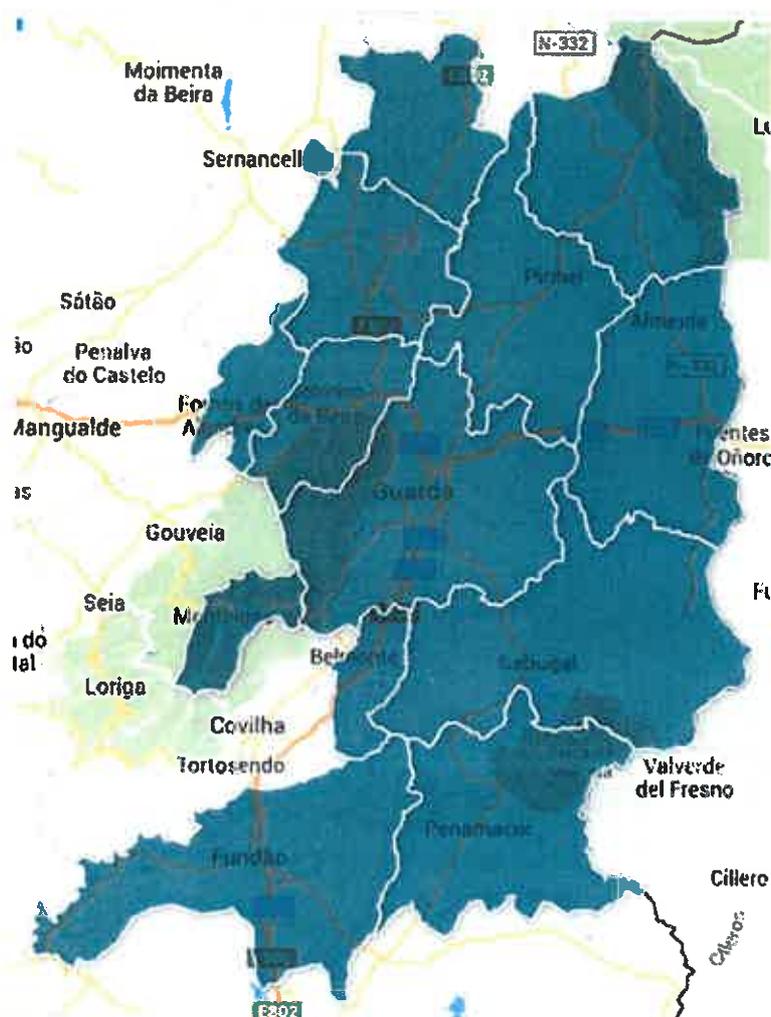
Handwritten signature in blue ink.

Relatório e Contas 2013



Ortofotomapa de Almeida – escala
1:2.000 - Exemplo

Área de execução de cartografia 1:10.000 do projeto da Associação de Municípios da Cova da Beira.



Foram homologados 17 projetos pela Direção Geral do Território (DGT) durante 2013. A Município apresenta, segundo os registos da DGT, 81 projetos homologados para Municípios, sendo a empresa com maior número de projetos homologados. O Departamento de Cartografia elaborou um conjunto de propostas de âmbito internacional (20), nomeadamente para Angola, Cabo Verde, Gabão, Marrocos, Moçambique, Brasil, Togo, Líbia e Mauritânia.

Handwritten signature and initials in blue ink.

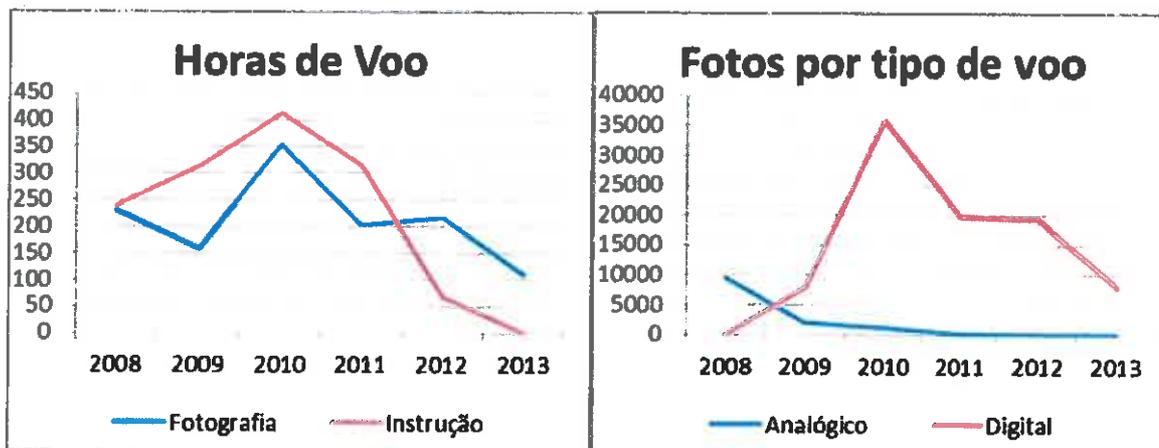
DIVISÃO DE FOTOGRAFIA AÉREA

A redução drástica em projetos de estrada, rede elétrica, obra, construção e cartografia de âmbito municipal adjetivou 2013 como um ano de insucesso para a atividade de aquisição de dados geográficos em Portugal, e para a Unidade de Levantamentos Aéreos da Município em particular.

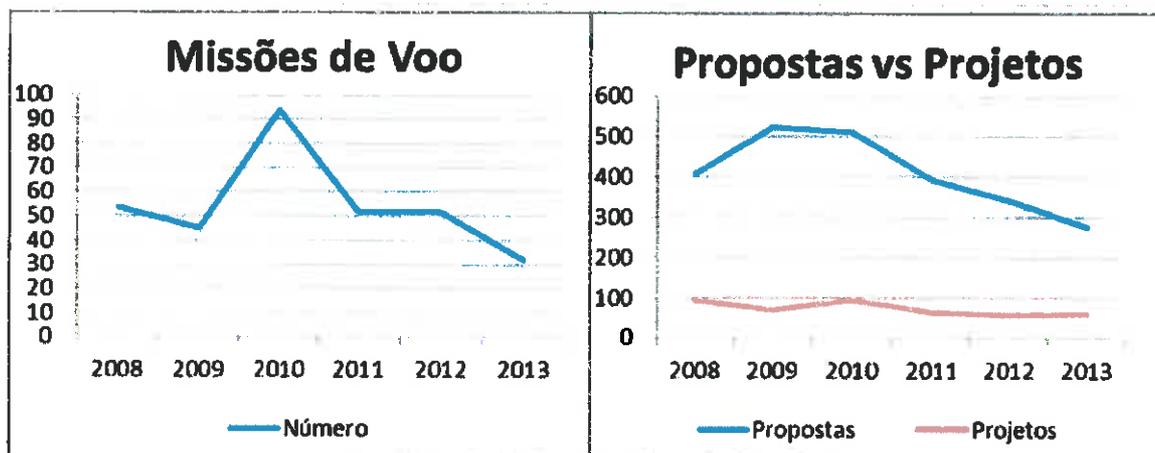
Apesar das eficácias e margens extremamente positivas atingidas nos projetos de voo realizados em Marrocos, a dimensão e número não foi suficiente para colmatar o reduzido fluxo de trabalho nacional.

Em 2013 foram realizadas 109 horas de voo em fotografia, uma quebra de 49% relativamente a 2012, realizadas em 32 missões, menos 20 que em 2012.

Mais do que uma redução nos valores operacionais existe uma redução no número de projetos acompanhada por um corte na dimensão. Esta conjuntura refletiu-se na diminuição de 19.629 fotografias em 2012 para 8.134 fotografias em 2013, sendo determinante nesta atividade.



Handwritten signature and date: 14/3/13



O preço da hora de voo, e a rentabilidade que daí advém pela divisão dos custos fixos e variáveis de mobilização por projeto, é a chave da sustentação deste negócio e, nesse sentido, os voos em 2013 foram poucos, dispersos e reduzidos. Ou seja, uma combinação de variáveis sem compensação.

Nesta conjuntura destacam-se entre os projetos realizados os seguintes, relevantes pelo contributo para o volume de negócios e pela produtividade alcançada devido à sua dimensão:

- Voos Digitais em Marrocos – Midelt e Fez GSD 15 a 30cm, no âmbito da parceria com a empresa marroquina SAFTOP;



- Voos Digitais com GSD 20 a 30cm para deteção remota em vinha, milho, tomate e olival;

- Voos Digitais das Comunidades Cova da Beira, AMLEI e CIMAC.

Em termos de futuro, em Portugal, depende da reinvenção das Soluções de Gestão de Informação Geográfica, com mais automatismos baseados na imagem, em índices provenientes da análise raster e em séries temporais, que reduzam custos ou aumentem receitas em processos.

Para além deste consumo de imagens aéreas, existe o nicho de mercado da Agricultura em Portugal, onde a utilização de Tecnologias de Informação Geográfica ainda é embrionária, mas extremamente necessária.

Este sector começou a ser trabalhado em 2012, com os primeiros projetos em viticultura e em 2013 foram replicados projetos na vinha, mas também em milho, tomate e olival.

Esta é claramente a aposta da Unidade para 2014.

A internacionalização continua na ordem do dia, estando já programadas novas investidas no mercado marroquino, com visitas direcionadas agora a exploração de Informação Geográfica.

Ao nível do planeamento urbanístico estamos incluídos em candidaturas ligadas a processos de estudo da morfologia urbana por imagem aérea e deteção remota, que podem ser frutuosa já em 2014.

Nesse sentido, a Unidade em 2014 vai avançar para o desenvolvimento e automação de processos em morfologia urbana e consolidação de deteção remota em diferentes culturas, para que a transição da investigação para o produto seja rápida e eficiente.

DIVISÃO DE FOTOGRAMETRIA

Em 2013, a Divisão de Fotogrametria (DF) fez 9.171 horas nos projetos do Departamento de Cartografia, das quais 1.600 horas foram executadas por operadores de outras divisões.

Relatório e Contas 2013

A DF participou nos seguintes projetos:

Tabela1 – Descrição dos projetos em que a DF participou durante 2013

NP	DESCRIÇÃO	Nº HORAS	% Horas	Nº Hectares
E/00002	Gestão DF	4.376	47,7%	204.574
P/01753	Cartografia 2K e 10K Mafra	15	0,2%	0
P/02692	Atualização cartografia Fundação 10K	11	0,1%	0
P/02700	Cartografia Fafe 10K	17	0,2%	0
P/02713	Cartografia Boticas 2K	32	0,3%	0
P/02891	Cartografia 5K Tabua	9	0,1%	20.000
P/02955	Atualização cartografia 5K Vila Nova de Gaia	682	7,4%	16.846
P/3027	Cartografia 1K Sintra	101	1,1%	0
P/3028	Atualização cartografia 10K Chaves	1.596	17,4%	59.122
P/3055	Cartografia 5K Serra Carregueira	1	0,0%	0
P/3088	Cartografia 1K Vale Cambra	59	0,6%	36
P/3093	Atualização cartografia 1K PP Torres	16	0,2%	15
P/3104	Cartografia 2K Porto Mós	2	0,0%	0
P/3136	Cartografia 1K Castelo Branco	1	0,0%	0
P/3143	Cartografia 1K Torres Vedras (F Sizandro e Casal Seixo)	75	0,8%	121
P/3189	Cartografia 10K Manteigas	231	2,5%	0
P/3515	Cartografia 1K Quinta Azenha e Varziela	105	1,1%	62
P/3535	Cartografia 5K PU Setúbal	72	0,8%	32
P/3548	Cartografia 1K aeroporto Covilhã II	4	0,0%	4
P/3575	Apoio e TA Loures, 1K	36	0,4%	184
P/3578	Ortos Vale Sorraia 5K	85	0,9%	18.160
P/3579	Lev. Topográfico 1:200 e infraestruturas Seixal	59	0,6%	0.1
P/3593	Deteção Remota Quinta Noval	2	0,0%	144
P/3638	Cartografia 2K e 10K AMCB	1.348	14,7%	9.363

Relatório e Contas 2013

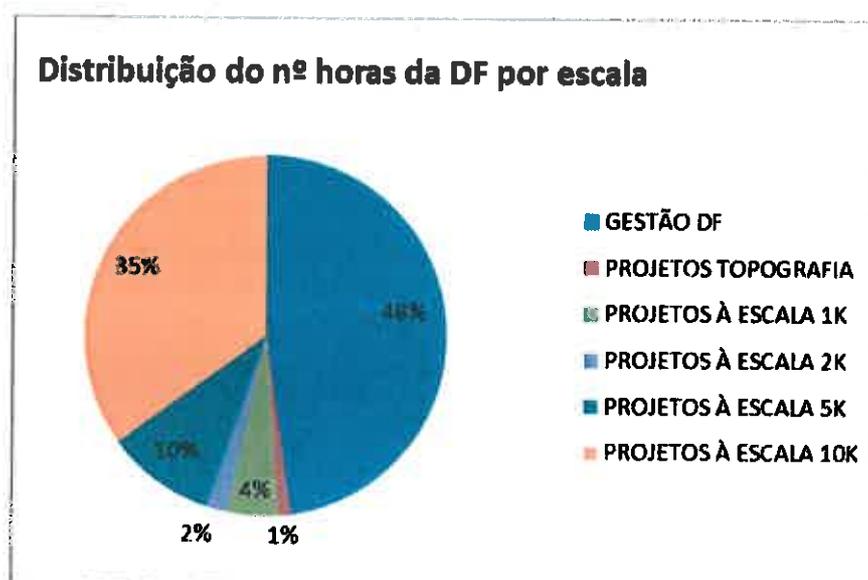
P/3719	Fiscalização Sintra 1K	84	0,9%	417
P/3720	Ortos 5K para Vale Cambra	34	0,4%	23.750
P/3726	Deteção Remota Duorum- Douro	4	0,0%	357
P/3744	Deteção Remota Sogepoc tomate 300ha	3	0,0%	300
P/3824	Cartografia 2K Aljezur	24	0,3%	22
P/3895	Cartografia 2K Herdade e Herdadezinha	43	0,5%	492
P/3951	Lev. Topográfico 1:100 Azeitão	47	0,5%	0.1
P/3761	Deteção Remota Duorum- Estremoz	2	0,0%	150
	TOTAL DF	9.171	100%	

Durante o ano de 2013, a DF participou em 32 projetos:

- 48% das horas em trabalhos sem faturação associada;
- 12% das horas para finalização de projetos iniciados em 2012 (13 projetos);
- 40% das horas em execução integral de 20 novos projetos;

Iniciaram-se de 2 projetos que serão finalizados durante 2014, cartografia 1:5.000 do Município de Tábua (20.000 hectares) e cartografia 1:2.000 dos núcleos urbanos (9.363 hectares) e 1:10.000 (556.719 hectares) da Associação de Municípios da Cova da Beira.



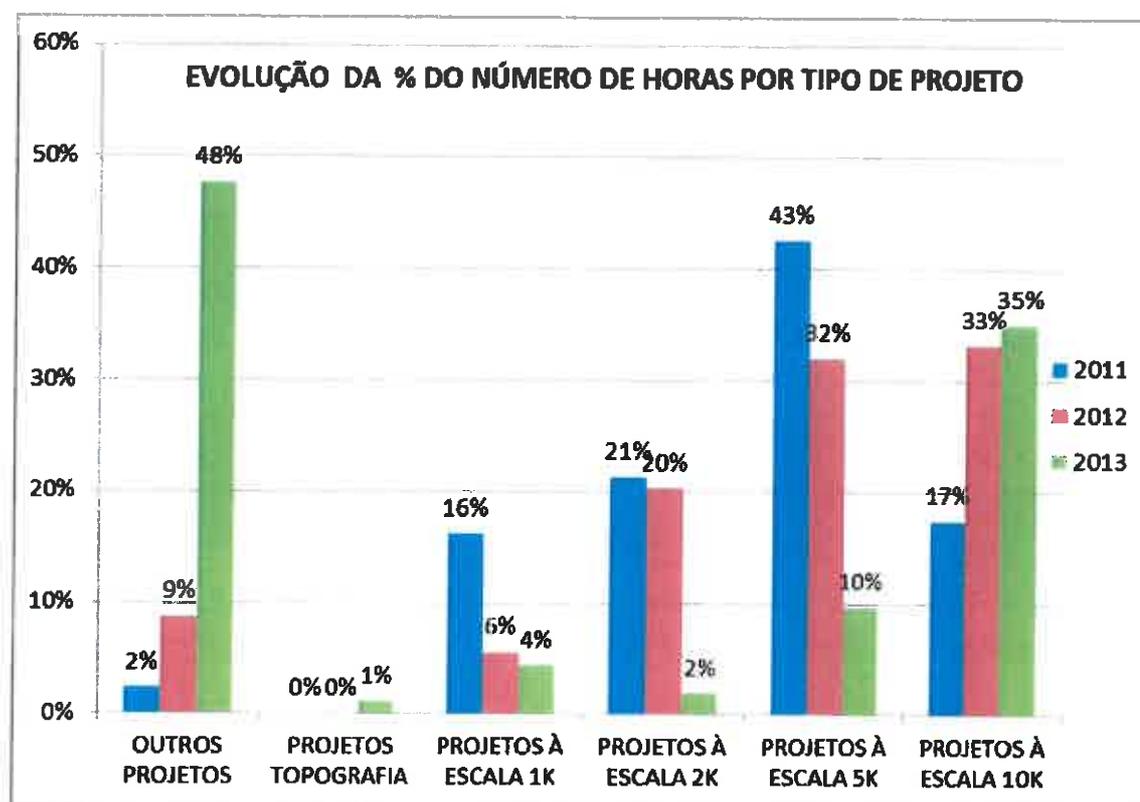


O ano de 2013 foi particularmente atípico, tendo em conta de que 48% do total de horas (4.376 horas) foram utilizadas sobre tarefas sem faturação associada, num projeto denominado Gestão DF. Esta situação foi devida ao facto de ter ocorrido durante o ano, um período onde não se registaram adjudicações de novos projetos e dentro dessa perspetiva, as horas dos operadores foram canalizadas em tarefas/trabalhos que proporcionassem avanço na execução dos projetos que se perspetivavam como futuras adjudicações - referimo-nos ao projeto de cartografia 1:10.000 de Chaves e do projeto de cartografia 1:10.000 de AMCB.

Este projeto, Gestão DF, também contemplou horas de investigação associadas à tarefa de triangulação aérea e respetiva análise de precisão posicional utilizando neste processo, apenas os dados IMU/DGPS. Como resultado direto deste estudo, foram identificadas sobre diferentes coberturas aéreas, problemas na precisão dos dados IMU/DGPS, e a forma como condicionavam a precisão final de um projeto de triangulação aérea - sem utilização de apoio fotogramétrico. Após a identificação do problema, foi igualmente identificada e gerada a solução pela DFA, pelo que em termos operacionais podemos atualmente reduzir, com maior

segurança, o número de pontos no apoio fotogramétrico. Este detalhe irá reduzir os custos do apoio fotogramétrico.

Fazendo uma pequena análise ao histórico dos últimos 3 anos, em função da percentagem de horas consumidas por escala de projeto, identificou-se claramente a tendência do mercado, pela diminuição significativa do número de hectares/projetos de cartografia para as escalas 1:1.000, 1:2.000 e 1:5.000 – atualmente ocorrem solicitações de pequenos projetos para planos de pormenor ou de urbanização; e mantém-se a tendência para os projetos de escala 1:10.000, conforme se demonstra no gráfico seguinte.



DIVISÃO DE PRODUÇÃO

Neste relatório pretende-se fazer uma breve análise ao ano de 2013 da Divisão de Produção, onde se pode observar a distribuição horária, a execução dos projetos por escala e ainda as perspetivas para o ano de 2014.

Distribuição da carga horária nos projetos da DP em 2013:

NP	DESCRIÇÃO	HORAS	%HORAS	HECTARES
1	Gestão Divisão de Produção	5.712,00	31,30%	
1753	Cartografia 2K e 10K Mafra	62,00	0,34%	29.166
2396	Projeto SINERGIC - CADAstro	527,00	2,89%	
2692	Atualização 10K - Fundão	35,00	0,19%	67.025
2700	Cartografia 10k Fafe	369,00	2,02%	25.600
2713	Cartografia 2K e ortos de Boticas	39,00	0,21%	211
2725	MADEIRA 3D ADJ11_SRES	75,00	0,41%	212
2930	Cartografia 1k aeródromo da Covilhã	5,00	0,03%	62
2955	Cartografia 5k atualização Vila Nova de Gaia	2.886,00	15,82%	16.846
2964	Levantamento Cadastral Saneamento SMAS	1.265,00	6,93%	
3027	Cartografia 1k de Sintra	762,00	4,18%	459
3028	Atualização Chaves 10k	601,00	3,29%	59.122
3088	Cartografia 1k Vale de Cambra	62,00	0,34%	36
3103	Cartografia 2k de Mesão Frio	11,00	0,06%	15
3104	Cartografia 2 k Porto Mós	12,00	0,07%	83
3136	Cartografia 1k de Castelo Branco	9,00	0,05%	22
3143	Cartografia 1k de Torres Vedras (2 áreas)	142,00	0,78%	120
3189	Cartografia de Manteigas 10K	611,00	3,35%	12.196
3314	SMAS - Oeiras Amadora CCTV	2.780,00	15,23%	
3515	Cartografia 1k Quinta da Azenha e Varziela	70,00	0,38%	460

Relatório e Contas 2013

3535	Pu de Setúbal Cartografia 5k	70,00	0,38%	62
3578	Ortos para o Vale do Sorraia com 30 cm d	136,00	0,75%	18.000
3593	Deteção Remota - Quinta Noval 144 ha	1,50	0,01%	144
3638	Cartografia 2k e 10 k da Cova da Beira	491,00	2,69%	400
3720	Ortos 5k para Vale de Cambra	56,00	0,31%	23.750
3726	Deteção Remota Duorum - Douro	4,00	0,02%	357
3750	Cadastro Saneamento - Amadora	600,00	3,29%	
3761	Deteção Remota Duorum Estremoz 150 ha	2,00	0,01%	150
3776	Trabalhos suplementares de Silves	798,00	4,37%	68.000
3824	Cartografia 2k de Aljezur	12,00	0,07%	21,8
3852	Cadastro predial - Linda-a-Velha	8,00	0,04%	
3895	Herdade e Herdadinha - Cartografia 2k	30,00	0,16%	492
3965	Criação de Modelo de Dados - Montijo	4,00	0,02%	
	Total	18.247,50	100,00%	

Neste quadro constata-se que no projeto estatístico (Gestão DP) foi o que obteve maior carga horária (31,30%). Este projeto reflete as horas gastas pelos operadores da DP em tarefas de digitalização dos domínios agrícola e florestal de áreas na Beira Interior e da elaboração de *workflow* e execução da Carta Topográfica 1:50.000 em formato *shape_file* da Ilha da Madeira e de Porto Santo.

Os projetos com maior carga horária foram o da atualização da cartografia de Vila Nova de Gaia à escala 1:5.000 com 15,82% e o projeto de cadastro de saneamento com 37,09%.

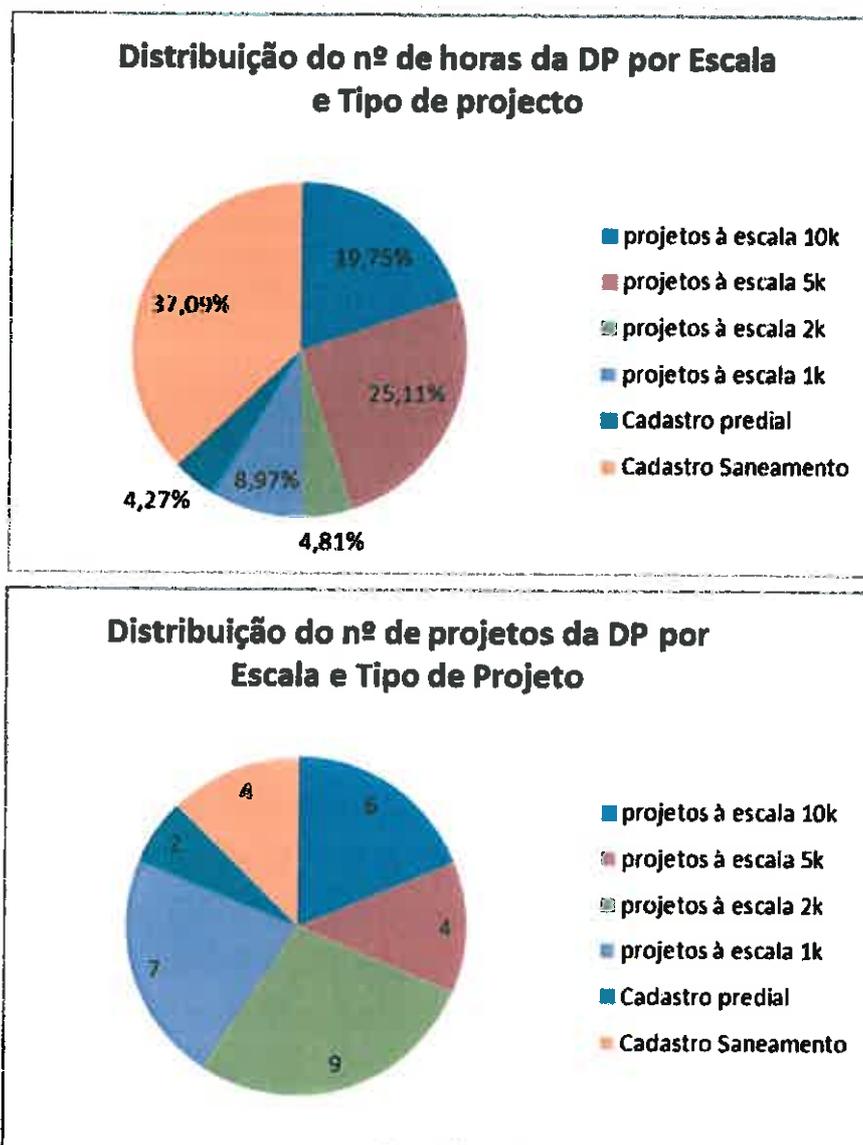


Fig-1 Gráficos com a distribuição do nº de horas por escala e tipo de projeto.

Estes gráficos realçam que o cadastro de saneamento com 37% de ocupação da carga horária foi o projeto mais importante durante o ano de 2013. Este tipo de projeto é recente na Divisão de Produção e aparece na sequência de contactos e adjudicações que ocorreram em 2012. De salientar que no ano de 2013



executaram-se 3 projetos de cadastro de saneamento sendo que o quarto projeto foi adjudicado em dezembro de 2013 e o cliente é o SMAS do Montijo.

Os projetos de cartografia ocuparam a Divisão de Produção de 44,86% da totalidade da sua carga horária. No ano de 2013 a escala que obteve mais ocupação da divisão foi a escala 1:5000 com 25,11% seguida da escala 1:10.000 com 19,75%.

Verifica-se que existiram muitos projetos a escalas maiores como a 1:1.000 e 1:2.000, consequência da necessidade dos clientes precisarem de cartografia para os planos de pormenor ou outros homologados pela Direção Geral do Território.

Além da atividade já enunciada a divisão de Produção tem participado na execução de ortofotomapas (RGBI) para a análise e cálculo posterior do NDVI (índice de vigor das plantas). Estes projetos têm um cariz inovador e esperamos que no futuro comecem a ter uma relevância importante na Divisão de Produção.

A Divisão de Produção tem vindo a desenvolver processos de controlo de topologia de extrema importância para a diminuição das horas de edição e consequentemente para uma disponibilização mais rápida e eficaz aos nossos clientes.

Para o ano de 2014 no que concerne a projetos, prevê-se a execução da cartografia à escala 1:10.000 da Associação de Municípios da Cova da Beira (556.719 ha), e à escala 1:2.000 as áreas urbanas da mesma Associação (9.363 ha). Este é um projeto de grande dimensão e ocupará grande parte do ano de 2014. Prevê-se a continuação na aposta do cadastro de saneamento e na execução de pequenos projetos a grandes escalas relativos a planos de pormenor, planos de urbanização ou ainda industriais.

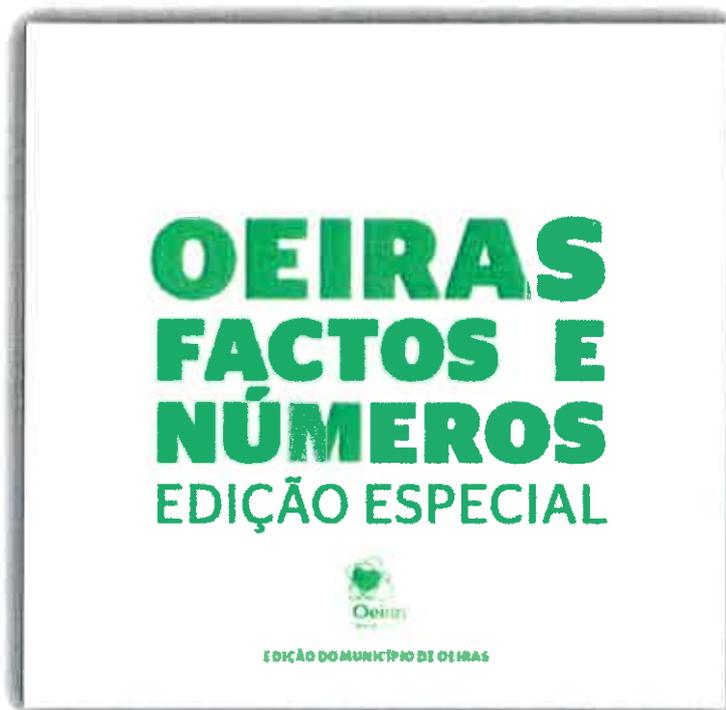
No que respeita ao desenvolvimento de processos no software ArcGis o ano de 2014 vai ser um ano de mudanças efetivas nos processos de edição cartográfica, tanto no que respeita à qualidade dos dados em função da sua topologia, como na automatização da geração de vetores, tal como eixos de via e/ou outros.

Departamento de Sistemas de Informação Geográfica

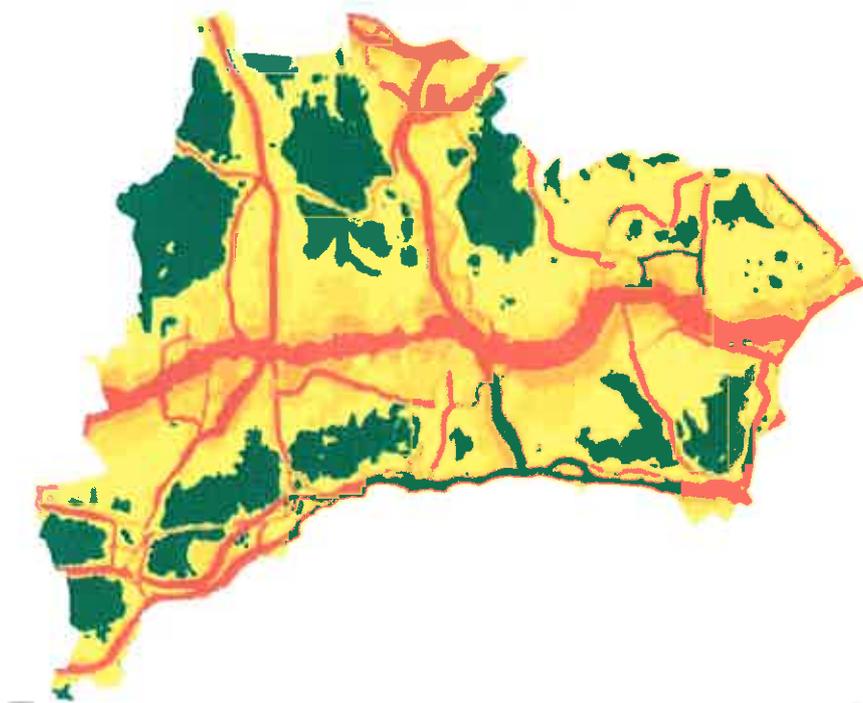
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Os projetos iniciados nos anos anteriores relativos a Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil para a Associação de Municípios do Douro Superior, Associação de Municípios das Terras Quentes Transmontanas, Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, Cantanhede e Funchal encontram-se entregues para parecer das autoridades competentes. Relativamente aos planos entregues, encontram-se aprovados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e Serviço Regional de Proteção Civil o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Freixo de Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Santa Maria da Feira, Ribeira Brava, Santana, S. Vicente e Porto Moniz. Os restantes aguardam a receção do parecer, para eventuais correções, aprovação e publicação em Diário da República.

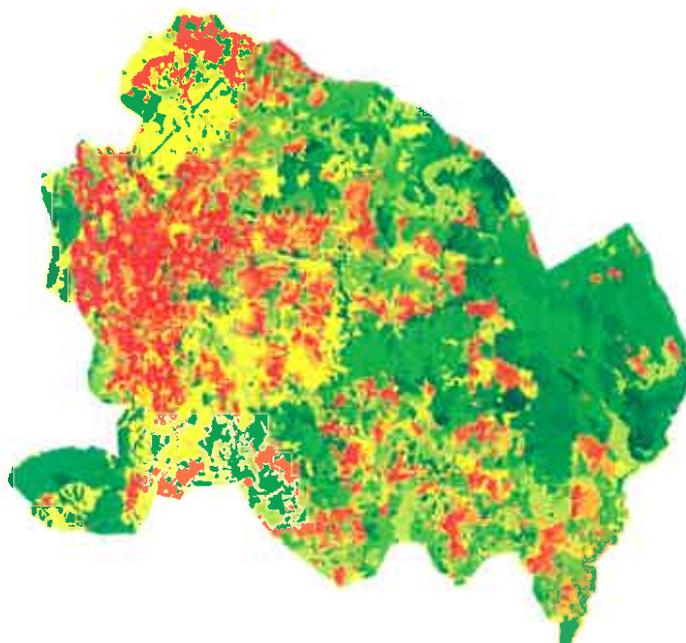
Um projeto emblemático, pelo esforço e tempo reduzido de execução, elaborado pela Divisão de Informação Geográfica em 2013 foi o livro "Oeiras, Factos e Números – edição especial", uma obra de referência, de âmbito geográfico e de cariz informativo, que permite fazer um retrato de Oeiras nas suas múltiplas dimensões e registar as principais transformações ocorridas no seu território nas últimas décadas.



Outro projeto desenvolvido para a Câmara Municipal de Oeiras foi a prestação de uma assessoria técnica no sentido de promover a conclusão dos mapas previsionais de ruído (em curso) e a elaboração dos mapas estratégicos de ruído e as respetivas cartas de conflito.



No domínio da consultoria e formação foram prestados 220 dias de consultoria em sistemas de informação geográfica pelos consultores da DIG e desenvolvidas 336 horas de formação presencial aos funcionários da Câmara Municipal de Oeiras. Outro projeto que marcou o ano de 2013 na área dos Sistemas de Informação Geográfica, foi a elaboração da Carta de Ocupação de Solo, para a Câmara Municipal de Vale de Cambra. Este projeto permitiu apoiar a revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e rever a Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal.



Relativamente à situação do mercado, caracteriza-se pela procura de serviços no domínio do planeamento de emergência, com preços de referência baixos e onde o critério de adjudicação é o preço mais baixo, o que tem dificultado a angariação de mais projetos. No entanto, mantêm-se em aberto alguns concursos nesta área, dos quais se esperam desenvolvimentos em 2014.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento durante o ano de 2013 dividiram-se em dois tipos de projetos: internos e externos.

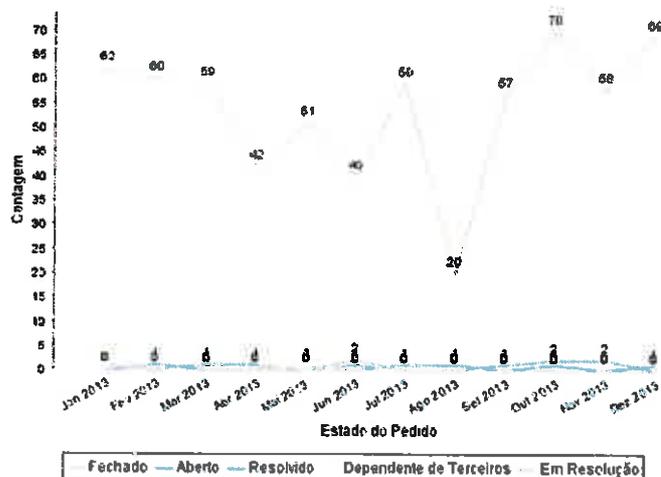
Os projetos internos visam manter o normal funcionamento da Municíпия e apoiar tecnicamente as restantes divisões. Em termos de afetação de recursos estes projetos corresponderam a cerca de 50% dos recursos totais da DD. Refira-se que em 2012 este valor foi de 45%, em 2011 de 39%, em 2010 de 40%, em 2009 de 46%, em 2008 de 38% e em 2007 de 25%. Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do

Relatório e Contas 2013

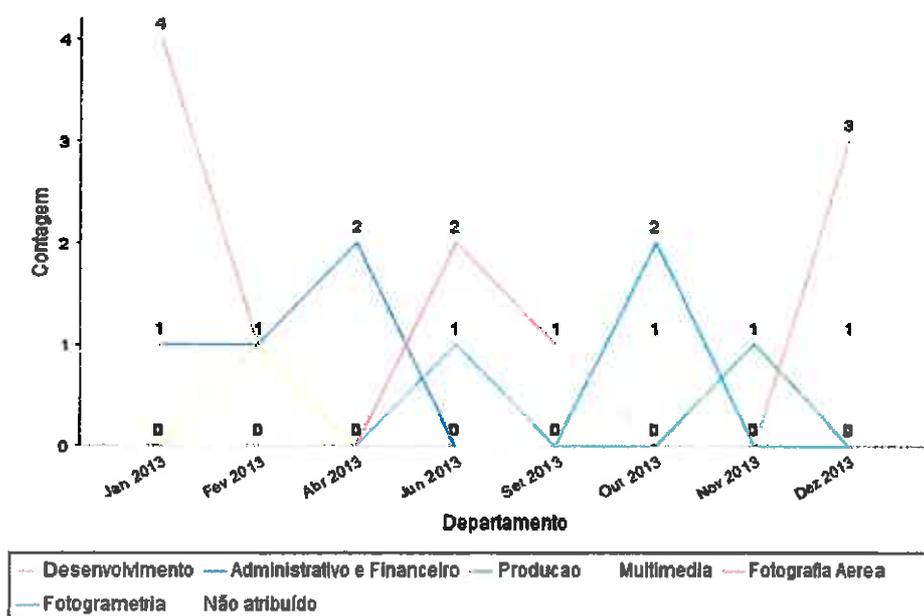
Site da Município, Apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Helpdesk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, SA, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes divisões.

Relativamente às atividades de *Helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2013 foram efetuados 664 pedidos (652 em 2012) pela plataforma. Destes, 25 pedidos caducaram, ou seja, cerca de 3,8%, verificando-se uma melhoria neste indicador em relação a 2012 (11%).

Total de requistos : 664



Total de registos : 25

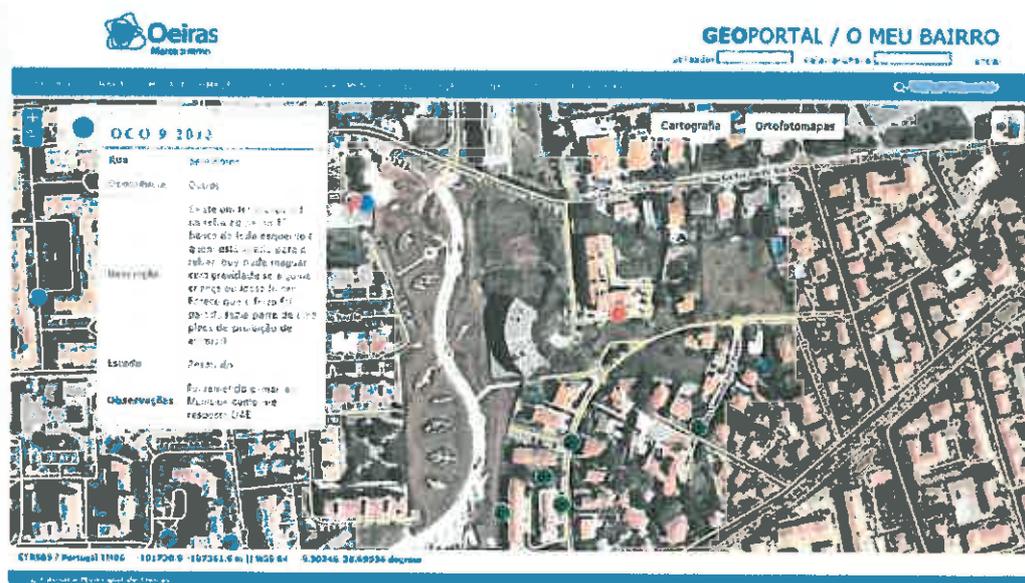


Quanto aos projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar a continuação dos projetos de consultoria e desenvolvimento de aplicações no âmbito do projeto SIG da Câmara Municipal de Oeiras e a implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para Aveiro e da Câmara Municipal do Cadaval, projetos estes que continuarão em 2014.

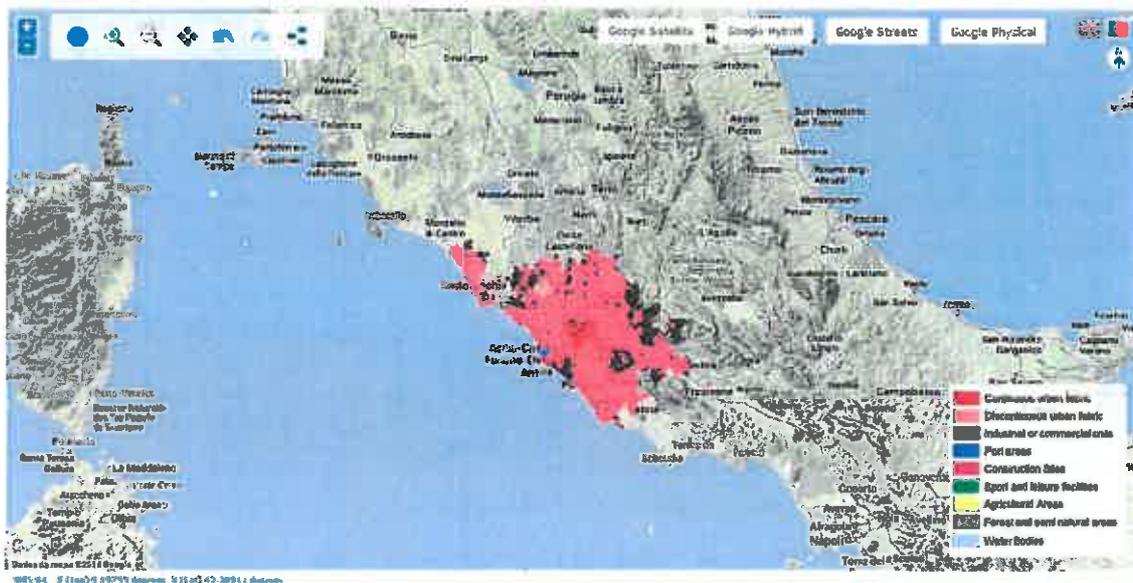
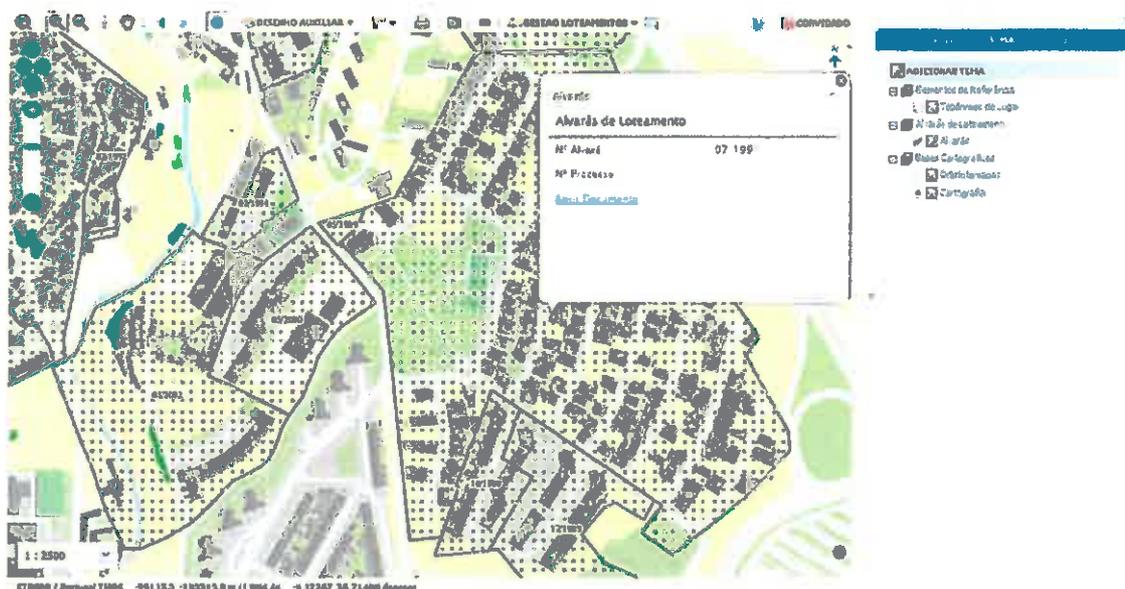
Relatório e Contas 2013



Os projetos que merecem mais destaque ao nível do desenvolvimento aplicacional foram "O Meu Bairro" e Gestão de Alvarás para Oeiras, o desenvolvimento de uma plataforma online de simulação de alterações de uso de solo, no âmbito do projeto SECOA do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.



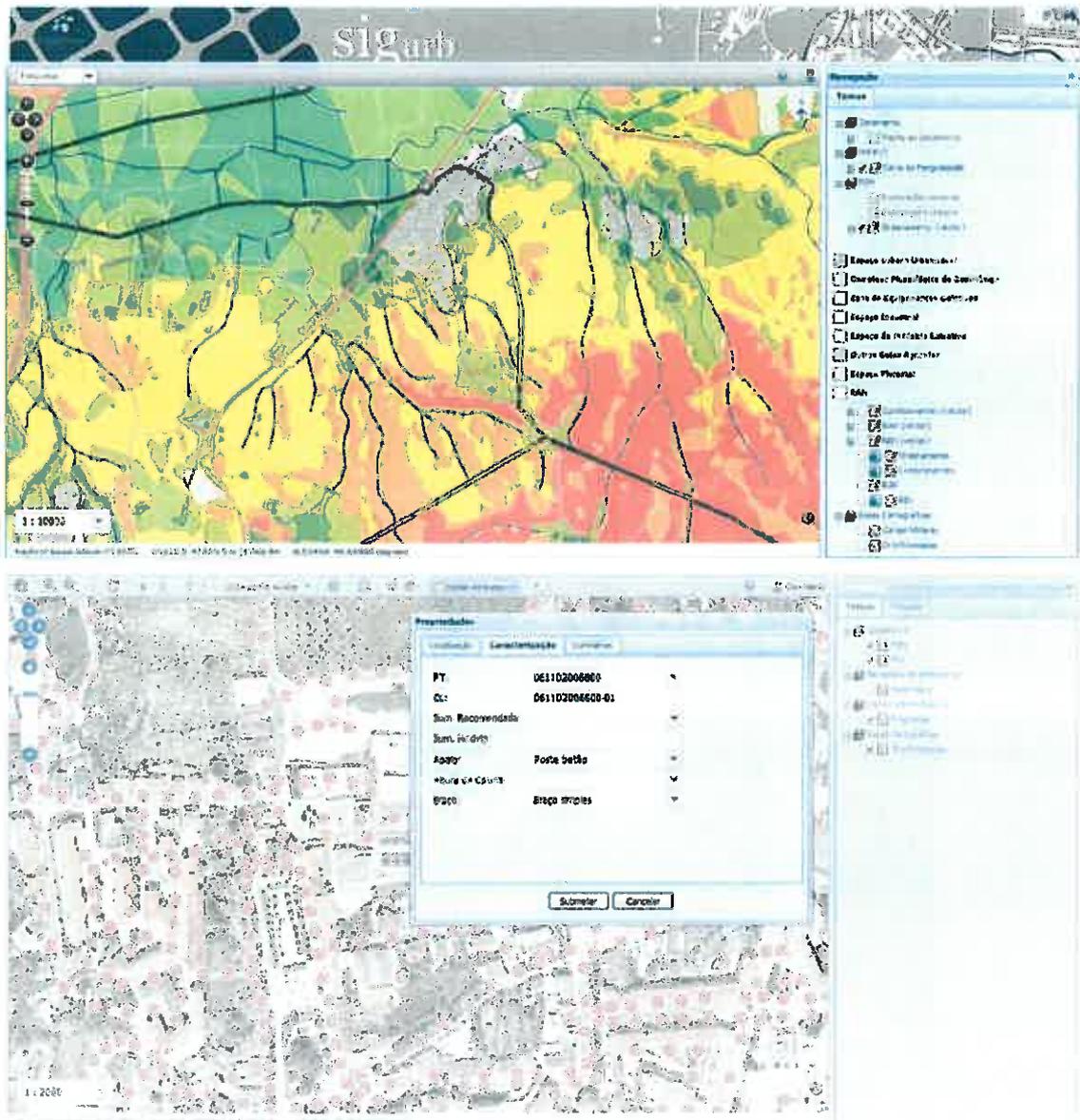
Relatório e Contas 2013



Outros projetos a destacar foram a implementação de aplicações de PDM e Plantas de Localização para a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, e o desenvolvimento de uma plataforma de Gestão de Iluminação Pública para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Handwritten signature and the number 32.

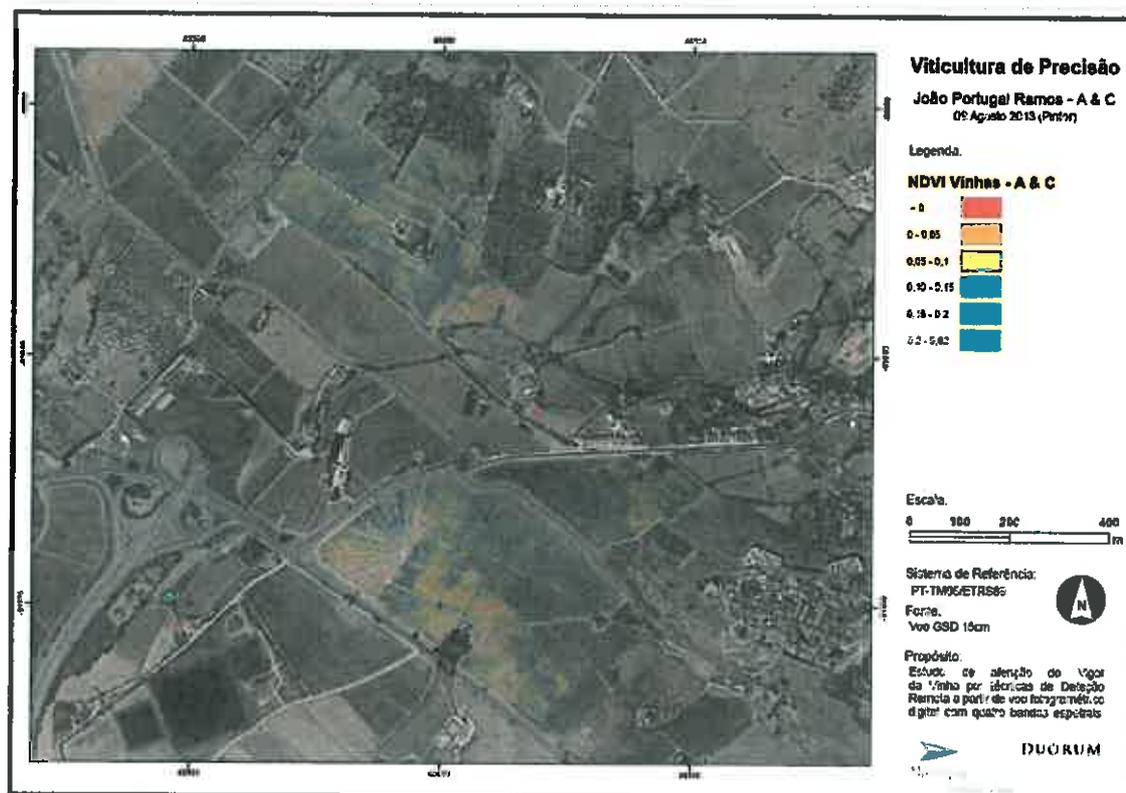
Relatório e Contas 2013



Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DFA, destacamos a produção da Carta de Potencial Solar para a Oeinger e a produção de Cartas de Vigor de Vinha para as empresas Duorum (Douro e Estremoz) e Quinta do Noval, e de Tomate para a SOGEPOC. Estes projetos, que vêm na sequência dos trabalhos desenvolvidos em 2012, pelo seu carácter inovador e pelo relativo baixo custo de

produção, podem ter potencial de mercado para o ano de 2014. De facto, existem perspectivas na Vinha, Tomate, Olival e Milho, bem como para algumas produções florestais (Sobreiro, Pinheiro e Eucalipto).





Para o ano de 2014, existem em curso a implementação das Infraestruturas de Dados Espaciais de Oeiras, Aveiro e Cadaval, e a conclusão dos projetos de Implementação de um Guia de Recursos na Área da Violência Doméstica e da Plataforma Oeiras eCity. Adicionalmente perspetiva-se, para além dos projetos de Cartas de Vigor já mencionados, a implementação de mais soluções de Gestão de Iluminação Pública, nomeadamente com a criação de Planos Diretores Municipais de Iluminação Pública, suportados por uma aplicação já desenvolvida pela Município.

Handwritten signature in blue ink.

CIS **Guia de Recursos na área da Violência Doméstica**

Procurar [input] Procurar

Filtros Ativos: [input]

resultados encontrados para [input] 2:40 11:20 21:50 31:40 41:50 Enda

Esquadra do Lavradio
☎ 112-997 Lavradio

Categorias

Comando Regional dos Açores
☎ Rua de Alexandre, n.º 1
9514-024 Ponta Delgada

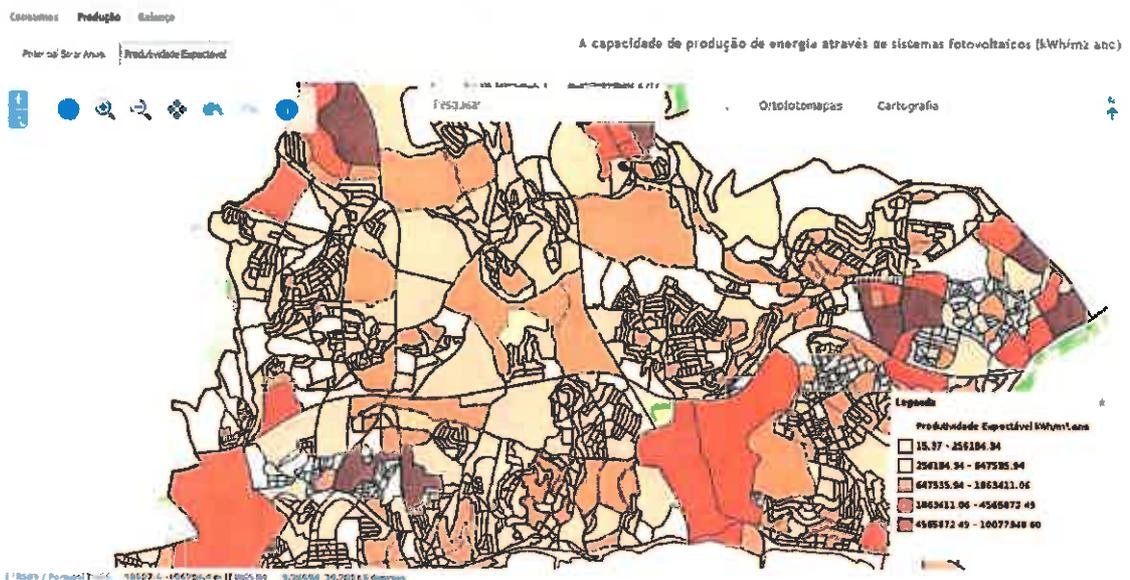
Categorias

Divisão Policial de Angra do Heroísmo
☎ Praça Doutor Sousa Coutinho, n.º 1
9700-077 Angra do Heroísmo

DIÁSTRITO
Lajes (116),
Eixo (46),
Sobral (67),
Santos (46),
Barragem (44)

CONCELHO
Lajes (40),
Eixo (60),
Sobral (13),
Vila Nova da Góia (13),
Câmara Branca (11)

FREGUESIA
S.ª de Maralhão (8),
S.ª de São Francisco de Assis,
S.ª de António da Câmara,
S.ª de São João,
S.ª de São Pedro (8),
S.ª de São Sebastião,
S.ª de São Vicente (6)



DIVISÃO MULTIMÉDIA

Na Divisão Multimédia (DM), o ano de 2013 foi dominado, em termos de recursos afetos (internos da Divisão), pelos projetos de Gestão de Frotas e Guia de Portugal.



Relatório e Contas 2013

Outro projeto que teve afetação de recursos internos foi o projeto de Iluminação Pública, área que se apresenta com grande relevância e que será a grande aposta da Divisão no ano de 2014.

Em 2013, já existiu o projeto que envolveu o município de Oliveira do Hospital, com a Aplicação de Gestão de Iluminação Pública, cujo objetivo é dotar a entidade gestora de iluminação pública de uma aplicação, com uma componente espacial, que permitirá o estabelecimento de ações por prioridade, segundo os locais de maior consumo e os impactos das medidas nos diferentes tipos de ocupação do solo.

Neste ano, foi ainda criado, em conjunto com o CPI (Centro Português de Iluminação) e outras entidades de relevância, como por exemplo a ADENE, o **Manual de Boas Práticas para o Cadastro da Iluminação Pública**.



Além da elaboração, esse Manual foi apresentado na sede da ordem dos Engenheiros da Região Centro, em Coimbra, com o auditório repleto de assistência. Em 2014 são esperadas diversas conferências pelo país para divulgação deste Manual. No início de janeiro ocorreu uma 2ª apresentação, desta vez em Vila Real, na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro e já está apazada para o próximo mês de fevereiro uma nova sessão, que irá ocorrer no Porto, na sede da Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

Apesar de alguma contração no mercado, e à semelhança do que aconteceu nos últimos anos, o projeto com maior visibilidade para a Divisão neste ano foi o projeto referente ao Sistema de Gestão de Frotas.

Apesar desta visibilidade, deve-se referir que o facto de o nosso parceiro estratégico para esta área, a Cartrack, ter passado por uma reestruturação profunda, levou que nem sempre tenhamos tido as respostas atempadas como nos vinham habituando.

Durante o ano de 2013, foram adjudicados à Município 24 contratos, num valor total que ascende a cerca de 200.000 euros.

Deve-se evidenciar, que alguns dos contratos realizados neste ano, mais de 50 %, mais concretamente 14, foram renovações que aconteceram após o término do período do contrato inicial ou ampliações aos contratos já existentes, o que significa que o produto é extremamente funcional e que as entidades tiram proveito do mesmo.

A relação com o nosso parceiro nesta área, a Cartrack, tem permitido que a Município acompanhe de perto todos os desenvolvimentos do produto, sendo expectável que, em 2014, serão lançadas novidades no produto, que nos permitirá responder a todos os requisitos e necessidades de atuais e potenciais clientes e que, em alguns casos a concorrência já usufrui.

Este será um ano bastante importante em termos de renovações, uma vez que 23 entidades terminam durante o ano o seu contrato com a Município.

A Energia continuará a ser uma aposta para o ano de 2014 na Divisão Multimédia apesar dos fracos resultados atingidos nos últimos anos.



Atividade Comercial

O trabalho desenvolvido nos setores da responsabilidade do Gestor de Conta esteve focado, durante o ano de 2013, na consolidação dos contatos anteriormente estabelecidos. Este enfoque permitiu o alargamento da atividade a outros produtos e serviços da Municípa e ainda, a busca continuada do desenvolvimento de novas aplicações, fruto das competências residentes na empresa.

Nesta área, destacam-se a produção de Cartas de Potencial Solar e da Carta de Vigor da Vinha que, para além do seu valor comercial, têm vindo a contribuir para prestigiar a imagem da empresa junto ao mercado. A estes serviços junta-se o Cadastro de Saneamento em que através da prospeção comercial se identificam lacunas nos débeis cadastros existentes e que cumpre melhorá-los através da informação fiável e georreferenciada.

Em 2013, a atividade comercial desenvolveu-se num contexto adverso, não só financeiramente, como também pelas eleições autárquicas, que se apresentou como fator de adiamento de aquisição.

PROSPEÇÃO DE CLIENTES

No quadro seguinte, descrevem-se um conjunto de indicadores objetivos do que foi a atividade comercial em 2013.

Relatório e Contas 2013

<i>Indicadores Comerciais</i>	2011	2012	$\Delta\%$ 11-12	2013*	$\Delta\%$ 12-13*
Km realizados	104.156	108.474	4%	51.517	-52,5%
N.º visitas realizadas	485	554	14%	234	-57,8%
Km / visita	215	196	-9%	220	12,2%
Valor Propostas Adjudicadas por ação comercial (€)	317.006	617.314	95%	710.400	15,1%

*APENAS UM GESTOR DE CONTA

COMPARATIVO COM APENAS UM GESTOR DE CONTA

<i>Indicadores Comerciais</i>	2012	2013	$\Delta\%$ 12-13
Km realizados	48.285	51.517	7%
N.º Visitas realizadas	198	234	18%
Km/Visita	244	220	-10%
Valor Propostas Adjudicadas (€)	375.603	710.400	89,1%

DESEMPENHO DO GESTOR COMERCIAL POR SEGMENTO

Propostas Emitidas Gestor de Conta	Propostas adjudicadas	Total propostas entregues	% Adjudicadas
GEODATA	8	49	16%
GEOSOLUTIONS	4	43	9%
GEOCONSULTING	2	56	4%
GESTÃO FROTAS	26	72	36%
ENERGIA	0	0	0%
TOTAL	40	220	18%



PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

A realização e participação em seminários e conferências técnicas voltaram a mostrar a importância da exploração destas vias, de forma a divulgar os nossos serviços.

As redes sociais também foram utilizadas para dar a conhecer a atividade da empresa.

NOVOS MERCADOS

Foi reconhecida a importância do reforço da prospeção de novos negócios no setor privado, em complemento com o trabalho tradicionalmente feito junto da Administração Pública.

Nesta área, e como atrás referido, destacaram-se a produção de Cartas de Potencial Solar e da Carta de Vigor da Vinha que se espera serem alargadas a outras atividades agrícolas.

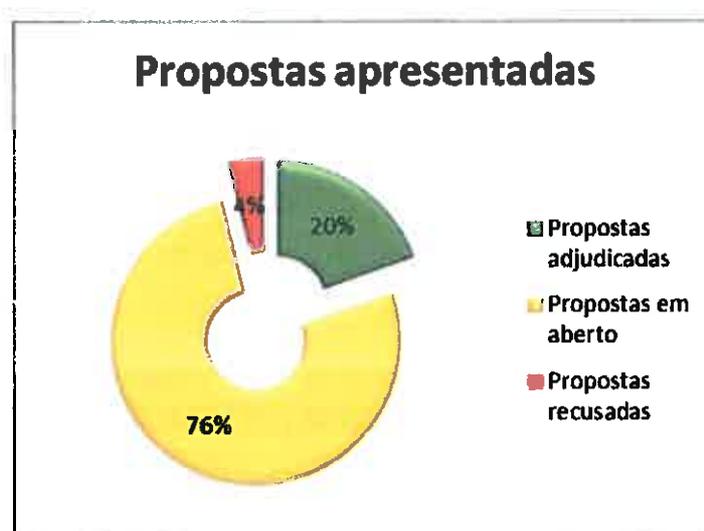
A atividade nos mercados Magreb, Palop e Brasil tem prosseguido, diretamente ou em parceria, com propostas feitas que aguardam ainda decisão final.

CONCURSOS

O quadro e gráfico seguinte espelham o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Município, ao longo do ano de 2013:

Propostas

	Nº Propostas 2013	Valor (€)
Propostas adjudicadas	129	1.580.935,10
Propostas em aberto	503	100.005.308,84
Propostas recusadas	25	1.013.593,07
Total de Propostas Apresentadas	657	102.599.837,01



Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou ao longo de 2013, 657 propostas que refletem em média 55 propostas por mês, ou seja, a Município apresenta em média 3 propostas a cada dia útil.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram para a atividade da Município em 2013 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Relatório e Contas 2013

Top 10 Clientes

	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
MUNICÍPIO DE OEIRAS	295.293	21,7%
SMAS DE OEIRAS E AMADORA	90.300	6,6%
ASSOC. MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA	72.100	5,3%
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP - RAM	39.655	2,9%
NAÇÕES UNIDAS DE CABO VERDE	39.623	2,9%
MUNICÍPIO DE FAFE	36.975	2,7%
MUNICÍPIO DE SINTRA	36.412	2,7%
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	36.291	2,7%
MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA	28.156	2,1%
SAFTOP SARL - MARROCOS	28.000	2,1%

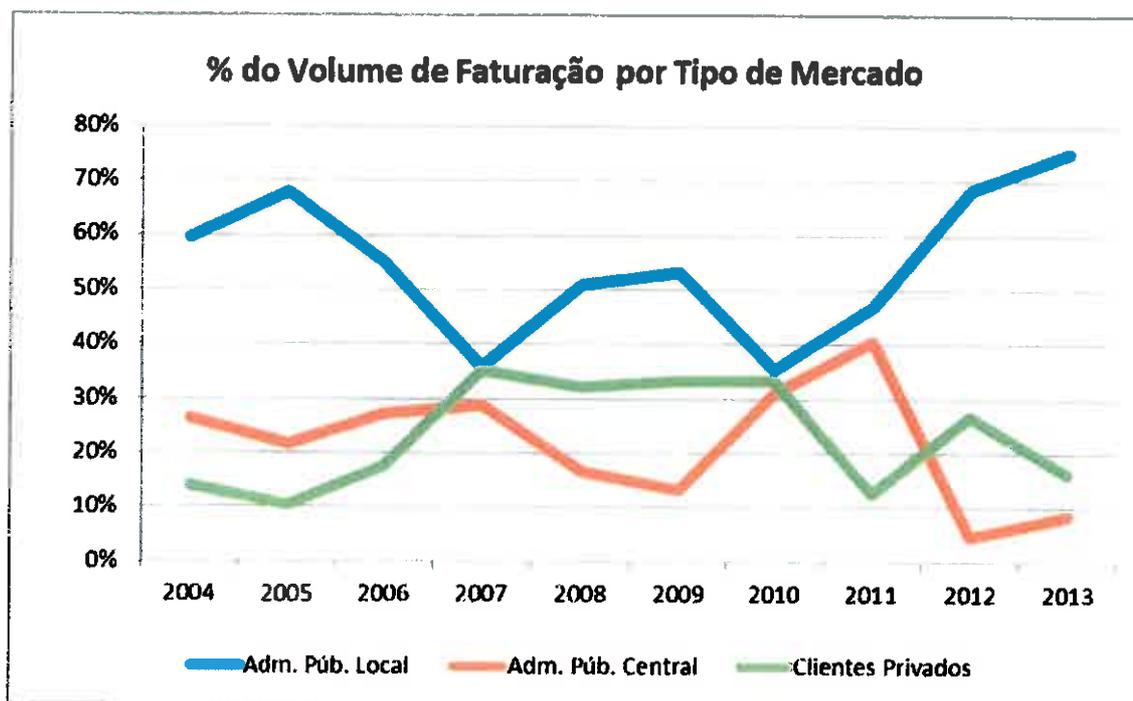
Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

TIPOLOGIA DOS CLIENTES

A Administração Pública Local assumiu-se no ano de 2013, como a tipologia de cliente principal da Município, com 75% da faturação, cifrando-se como o registo mais elevado da última década.

Faturação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Adm. Púb. Local	59,55%	67,89%	55,09%	35,91%	51,06%	53,26%	35,51%	46,83%	68,41%	75,14%
Adm. Púb. Central	26,45%	21,68%	27,32%	28,92%	16,77%	13,32%	31,12%	40,55%	4,78%	8,50%
Clientes Privados	14,00%	10,43%	17,59%	35,17%	32,17%	33,42%	33,37%	12,63%	26,81%	16,36%



Ao analisarmos a percentagem do volume de faturação por tipo de mercado, verificou-se que a Administração Pública Local é o setor preferencial de atuação da Município, representando em 2013, 75,14% do volume de faturação. Face ao ano de 2012, a Administração Pública Local teve um aumento de 6,73%.

Neste exercício a Administração Pública Central, registou um acréscimo de 3,72% da sua quota de mercado, representando 8,5% do volume de faturação.

O setor privado registou 16,36% de quota de mercado, em 2013. Para este valor contribuíram os clientes de mercados internacionais, nomeadamente Marrocos e Angola.



2.4. INVESTIMENTOS

No ano de 2013, face ao ano transato, verificou-se um aumento de 56 % nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2011	2012	Var. % (11-12)	2013	Var. % (12-13)
Ativos Intangíveis	5.240	42.390	709%	7.249	-83%
Ativos Fixos Tangíveis	83.193	1.942	-98%	61.936	3.089%
Total	88.433	44.332	-50%	69.185	56%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2013, registaram uma diminuição substancial de 83 % face ao exercício de 2012. O montante de 7.249 euros representa o investimento efetuado na atualização do ERP-SAP.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 3.089%, originado pelo investimento de 61.936 euros, repartido essencialmente por equipamento básico e de transporte, conforme se descreve seguidamente:

- Aquisição de *hardware* essencialmente direcionada para a atualização dos servidores do Datacenter, no montante de 31.878,58 euros;
- Equipamento de inspeção de CCTV no montante de 20.006 euros;
- Viatura usada Opel Corsa Van no montante de 4.552,85 euros;
- No valor de 5.499 euros equipamentos informáticos e outros.

2.5. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Política da Qualidade visa traçar os diferentes vetores de atuação na Município, capazes de garantir uma melhoria da eficácia do Sistema de Gestão, melhoria contínua de processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça definimos 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Acionistas**
- **Utilidade Pública**

Na avaliação da satisfação dos clientes, em 2013, o grau de satisfação alcançado foi de 3,63, (numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado), demonstrando um valor equiparado a 2012, em que o grau de satisfação foi de 3,65.

Para 2014, apostaremos no mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

Através dos questionários observados, continuamos a verificar que os nossos clientes consideram que a Município é uma empresa que presta serviços de qualidade, mas com preços elevados, face à concorrência. A Administração conhecedora desta situação, tem vindo ano após ano a proceder à reestruturação de custos, o que vai permitir uma maior competitividade da Município, quer no mercado nacional, quer internacional.

2.6. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Município tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	
Entidade formadora nas áreas de informática (480) e informática na ótica do utilizador (482)	

Relatório e Contas 2013

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
SMS MUNICÍPIOS	MARCA NACIONAL	VERBAL
GUIA DE PORTUGAL 	MARCA NACIONAL	MISTO
RPAD REDE PORTUGUESA DAS AUTARQUIAS DIGITAIS	MARCA NACIONAL	VERBAL
RPAD 	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!!	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU	MARCA NACIONAL	VERBAL



2.7. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

A Gestão dos Recursos Humanos tornou-se em 2013 ainda mais difícil que no ano anterior e, no entanto, sabemos que é nesta gestão que assenta em grande parte o sucesso da empresa, uma vez que só pelo empenho e motivação dos seus colaboradores, a empresa poderá ter o êxito desejado.

Procurámos, apesar das dificuldades, continuar a desenvolver ações de motivação e valorização dos colaboradores da empresa de forma a que os índices de satisfação não viessem a impedir um bom nível de produtividade do capital humano da empresa.

Conhecendo a situação financeira e económica que vimos atravessando tentou a Município prosseguir de alguma forma a sua política de Gestão de Recursos Humanos. Apelou à compreensão e envolvimento dos seus colaboradores, para manter em bom nível a resposta aos objetivos estratégicos da empresa.

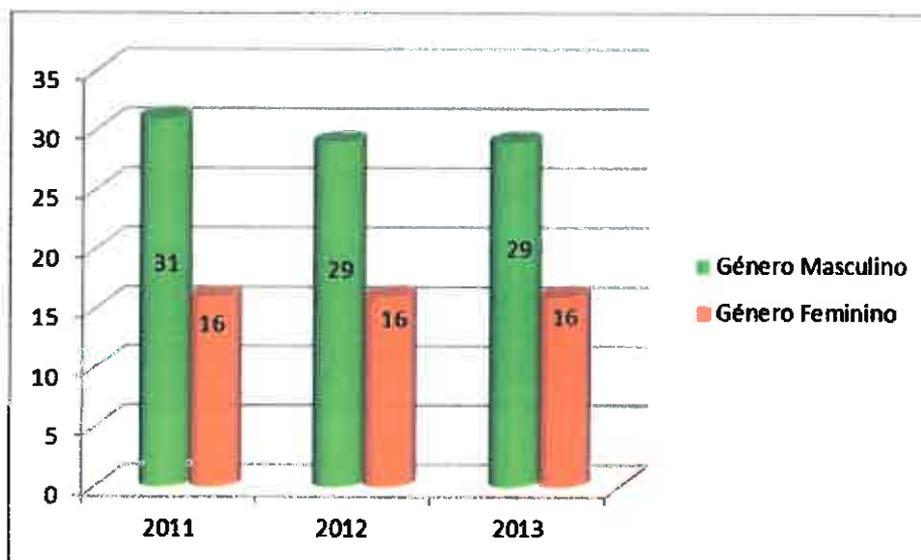
EVOLUÇÃO DO EFETIVO

Conforme se pode verificar no quadro em baixo, apesar da crise manteve-se o número de efetivos.

EVOLUÇÃO RH	2011	2012	2013
N.º de efetivos	47	45	45

Da estrutura humana da Município saíram durante o ano, 2 funcionários e foram admitidos 2, um com contrato sem termo e outro com contrato a termo certo.

Assim, o capital humano da empresa em dezembro de 2013 era constituído por 45 elementos. Destes, 16 são do género feminino e 29 do masculino.

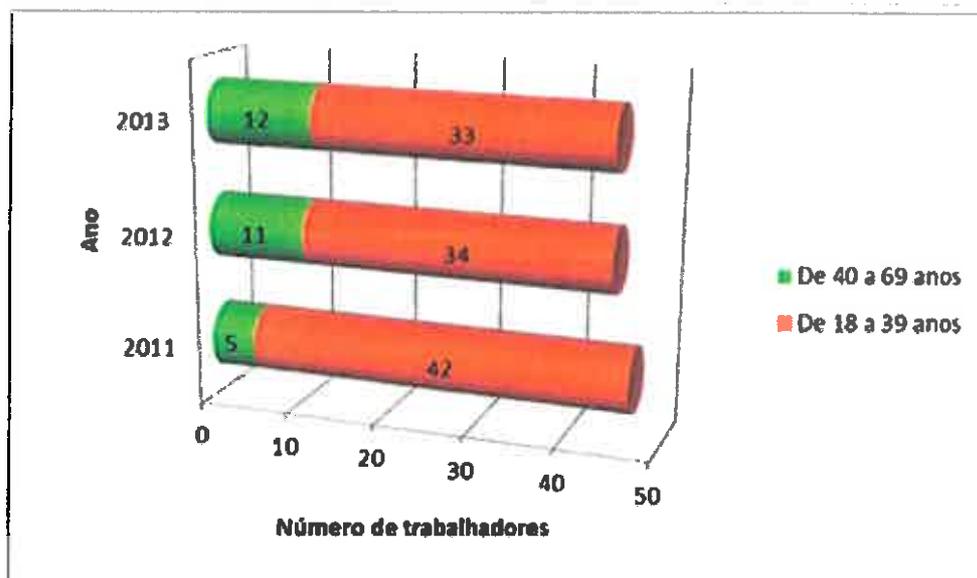


ESTRUTURA ETÁRIA

Em 2013 a média etária dos trabalhadores era de 38 anos. Por género a média era ligeiramente diferente, apresentando um valor de 38 para o género masculino e 37 para o género feminino.

Embora se observe uma evolução na estrutura etária que indica um ligeiro envelhecimento, isso poderá traduzir também um ganho maior de experiência e de adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2011	2012	2013
De 40 a 47 anos	5	11	12
37/38 a 39 anos	42	34	33

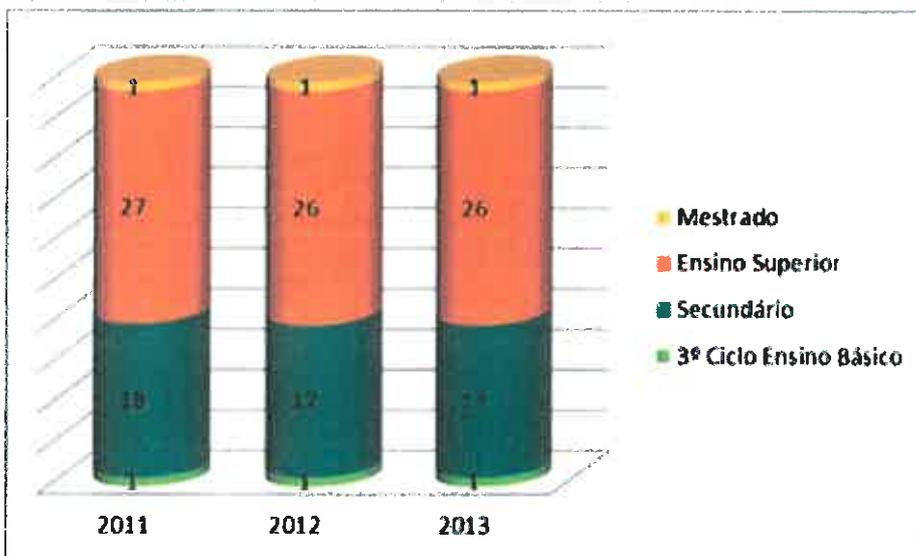


ESTRUTURA DE NÍVEIS DE HABILITAÇÃO

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro abaixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2011	2012	2013
Mestrado	1	1	1
Ensino Superior	27	26	26
Ensino Secundário	18	17	17
3º Ciclo Ensino Básico	1	1	1

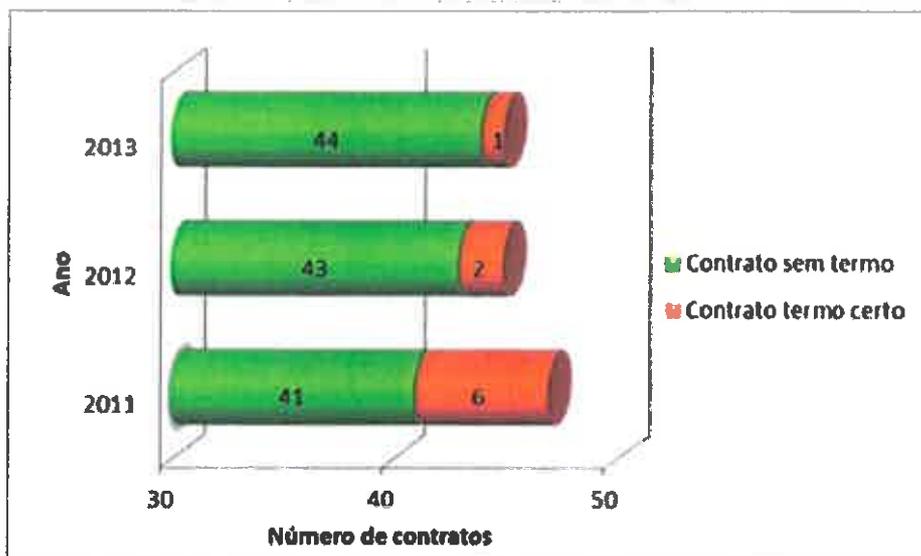
Este nível tem-se mantido estável ao longo dos anos. Assim, com o nível de habilitação igual ao 3º ciclo do ensino básico temos 2% do total dos trabalhadores, com nível de habilitação equivalente ao ensino secundário temos 38% dos trabalhadores e com habilitações de ensino superior temos 58% e de mestrado, temos 2%.



VÍNCULO CONTRATUAL

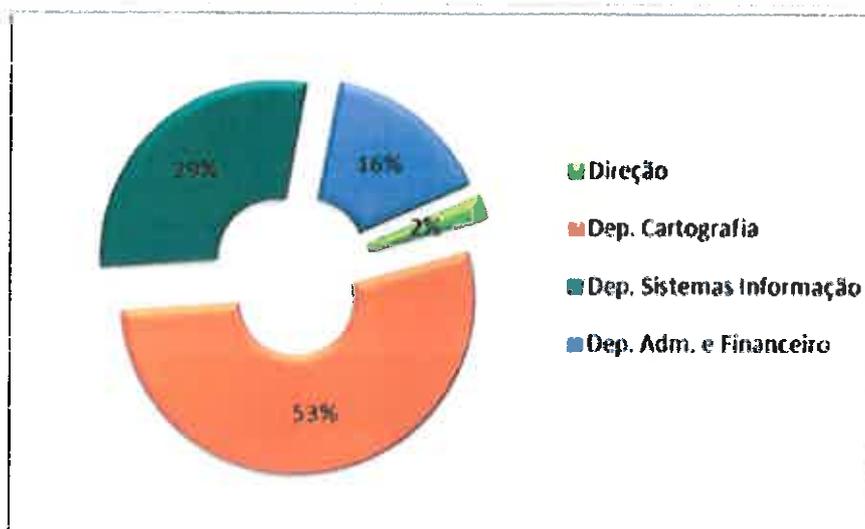
O quadro e gráfico que se seguem, registam o número de efetivos distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que 98% têm com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 2% têm um contrato a "termo certo".

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2011	2012	2013
Contrato sem termo	41	43	44
Contrato termo certo	6	2	1
> dezembro	47	45	45



Em termos de efetivos as unidades orgânicas da empresa estão assim constituídas:

- o Departamento de Cartografia tem 24 elementos assim repartidos: 4 elementos pertencem à Divisão de Fotografia Aérea; 8 elementos são da Divisão de Fotogrametria; 11 elementos são da Divisão de Produção e 1 elemento na Direção do Departamento;
- O Departamento de Sistemas de Informação tem 14 repartidos da seguinte forma: a Divisão de Informação Geográfica tem 4 elementos; a Divisão Multimédia tem 4 elementos e a Divisão de Desenvolvimento tem 6 elementos;
- O Departamento Administrativo e Financeiro tem 7 elementos, assim distribuídos: Financeiro e Recursos Humanos, 3 elementos; Administrativo e Logístico, 3 elementos. O Comercial tem 1 elemento;
- A Direção Geral conta com 1 elemento.



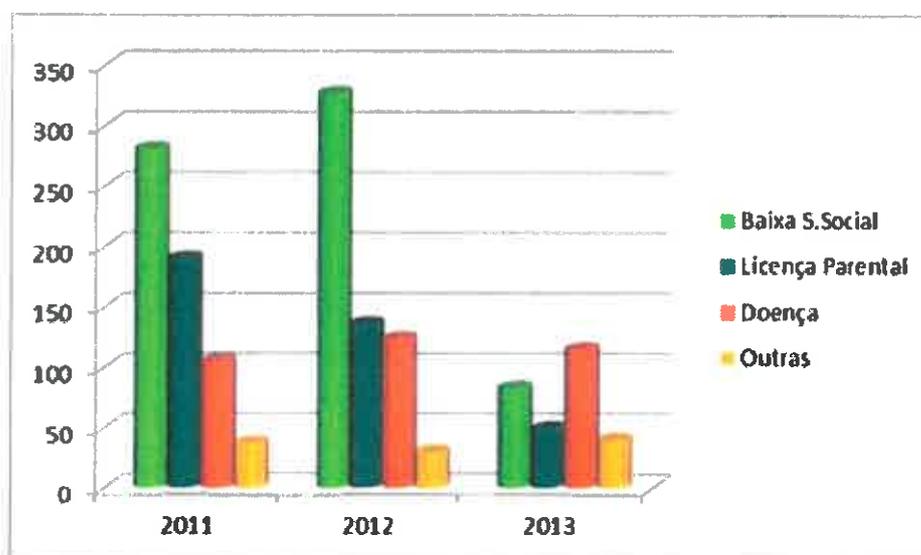
ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos estão relacionados com a doença, isto é, consultas médicas e assistência a membros do agregado familiar.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA SOCIAL	L.P. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS			TOTAL
				Outros	Outros	Outros	
Σ EM DIAS	83	49	115	0	26	14	287
PESQ.RELATIVO	53%	22%	20%	0%	3%	2%	100%

Apaz-nos registar que confrontando os números de 2013, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição acentuada do absentismo, o que consideramos bastante positivo e que pode representar um aumento de produtividade.

TIPOS DE ABSENTISMO	2011	2012	% 2011/2012	2013	% 2012/2013
BAIXA S. SOCIAL	281 dias	327 dias	16%	83 dias	-75%
LICENÇA PARENTAL	190 dias	136 dias	-28%	49 dias	-64%
DOENÇA	105 dias	124 dias	18%	115 dias	-7%
OUTRAS	37 dias	30 dias	-19%	40 dias	33%
TOTAL AUSÊNCIAS	613 dias	617 dias	-0,7%	287 dias	-53%



ESTÁGIOS

Torna-se notória a diminuição do número de estagiários o que se justifica pelos moldes em que esses estágios são feitos. Dado que os estágios são de curta duração e as tarefas a realizar durante a aprendizagem são tecnicamente difíceis e requerem um certo tempo de adaptação e treino, torna-se quase impossível aos estagiários, na sua grande maioria, produzirem um trabalho de qualidade em tão

curto espaço de tempo. O Departamento Administrativo e Financeiro acolheu 2 estagiários, a Divisão de Fotografia Aérea 1 e a Divisão de Informação Geográfica também acolheu 1 estagiário.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2011	2012	2013	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	11	1	4	5
Σ DE ESTÁGIOS	16			

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa continua a não descuidar a formação como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter altos padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada nos últimos anos:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2011	2012	%	2013	%
N.º DE FORMANDOS	16	15	-6%	20	33%
N.º DE AÇÕES	21	25	19%	38	52%
HORAS DE FORMAÇÃO	297	286	-4%	455	59%

Mantendo-se a política de contenção de custos, somente 44% tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação, utilizando como recurso a frequência de *workshops* e conferências nas suas áreas de intervenção e formação ministrada internamente, o que não apresentou encargos diretos para a empresa.

Por último, regista-se que este ano ficou marcado por uma reestruturação do número de postos de trabalho, o que implicará que para 2014 a empresa conte com um efetivo reduzido em 25%. Esta redução foi formalizada através de acordos de revogação do contrato de trabalho, levando a que 12 trabalhadores deixassem de fazer parte do Quadro de Pessoal a partir de janeiro de 2014. A este número



juntou-se a não renovação, a um trabalhador, do contrato a termo certo que findava a janeiro de 2014.



GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de gastos com o pessoal, o peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações do ano de 2011 para 2012 e deste para 2013, em termos percentuais.

<i>Natureza</i>	2011	2012	2013	Peso % no total	Var. 11-12	Var. 12-13
Vencimentos, Subs. Família Natal	752.424	721.413	864.138	64,17%	-4%	20%
Subsídio de alimentação	70.491	64.228	61.671	4,58%	-9%	-4%
Horas extra	2.061	1.849	660	0,05%	-10%	-64%
Enquadro IRFP	7.546	0	0	0,00%	-100%	0%
Presenças, Férias de prestação e por objetivo	10.925	5.550	6.572	0,49%	-49%	18%
Emprego patronal	164.485	158.818	202.451	15,03%	-3%	27%
Seguro Acid. de Trabalho e seguro da Saúde	37.627	33.184	35.386	2,63%	-12%	7%
Fornecido	3.474	5.299	2.166	0,16%	53%	-59%
Outros	1.852	1.005	1.550	0,12%	-46%	54%
Hidrico e Seg. Trabalho	2.521	2.431	2.307	0,17%	-4%	-5%
Ajudas quanto Quilómetros Desp. Reparo, etc	16.555	16.142	28.705	2,13%	-2%	78%
Créditos de formação e outros Benefícios	0	1.964	141.022	10,47%	N/A	7.082%
TOTAL	1.069.961	1.011.883	1.346.626	100,00%	-5%	33%

Unidade: Euro

Vencimentos, subsídio de férias e natal – esta rubrica tem registado um comportamento errático, originado pelas leis do orçamento do Estado e decisão posterior do Tribunal Constitucional, o que originou um pagamento residual de

subsídio de natal e férias em 2012, e o pagamento integral em 2013, o que justifica em grande medida as variações registadas.

Subsídio de alimentação - esta rubrica regista uma variação negativa de 4% entre 2012 e 2013, fruto do incremento do número de dias das ajudas de custo pagas em 2013.

A rubrica de **horas extra** apresenta um valor residual, ficando-se a dever essencialmente a missões de fotografia aérea realizadas, bem como à intervenção fora de horas no datacenter da empresa. O valor regista uma redução de 64% face ao exercício anterior.

Senhas de presença, prémios de produção e prémios por objetivos - não se registaram em 2013, quaisquer pagamentos de prémios em virtude do desempenho da empresa ter sido muito negativo.

Assim, o valor registado em senhas de presença em 2013, justifica-se exclusivamente com as reuniões do Conselho de Administração.

Realça-se o facto de esta rubrica representar apenas 0,5% do peso dos custos com pessoal.

A rubrica de **Encargos patronais** sofreu um incremento de 27% face a 2012, sendo esta variação justificada por dois fatores, um já explicado com o incremento registado na rubrica de vencimentos, subsídio de férias e natal e outro deriva dos encargos patronais associados às rubricas de créditos laborais, calculados em dezembro, com a saída dos funcionários, por imperativos de redução de postos de trabalho.

Seguro do ramo acidentes de trabalho e seguro de saúde - a rubrica de seguro de acidentes de trabalho sofreu um incremento resultante do aumento remuneratório com origem no pagamento do subsídio de natal e do subsídio de férias.



O seguro de saúde, registou um incremento pouco significativo face a 2012, tendo as duas rubricas concorrido para um incremento de 7%. O seguro obrigatório concorreu com um aumento de 12,95%, enquanto o outro apenas com 5,30%.

Formação – esta rubrica registou uma redução de 59% dos gastos face a 2012, o que se justifica face a um exercício económico muito adverso e às poucas inovações que se registam neste setor de atividade.

A rubrica **outras** registou pouco mais de 500 euros face a 2012 e menos 200 euros do que em 2011.

Esta rubrica essencialmente registou gastos com cabazes de Natal para os funcionários e um lanche pela celebração do 14º aniversário da empresa.

A rubrica de **Higiene e Segurança no Trabalho** por não ser indexada a remunerações, mas sim ao número de funcionários, manteve-se estável face ao ano transato.

A rubrica de **Ajudas de Custo, quilómetros, despesas de representação** verificou um incremento substancial (78%) que se explica pelo incremento dos quilómetros pagos a um funcionário que se encontra em projeto num cliente, pelo incremento verificado no número de dias pagos de ajudas de custo face a 2012 e ainda pelo incremento dos gastos com as despesas de representação pagas em 2013, face a 2012.

Créditos de formação e compensações – No decorrer do exercício económico de 2013, foi possível constatar uma acentuada quebra de adjudicações e de procura dos nossos serviços. Dessa quebra de negócio, resultou a perceção que a estrutura de custos fixos tinha de ser fortemente ajustada. No final do mês de novembro a administração comunicou a necessidade de redução de postos de trabalho, que tinham capacidade excedentária, face às condições de mercado registadas nos últimos anos e que se agudizaram em 2013.

Ao longo do mês de dezembro iniciou-se a reestruturação do quadro de pessoal, que passou pela redução do número de postos de trabalho, na percentagem

permitida por Lei, acautelando as indemnizações possíveis, sempre com a preocupação de acordo entre as partes e com a perspetiva do subsídio de desemprego, para poder dar um conforto adicional a quem fica nesta situação.

Tendo por base estes princípios, foram propostos acordos a 25% do pessoal do quadro, no final de 2013.

Das negociações com os 13 intervenientes, resultaram 12 acordos firmados, ou seja, chegamos a acordo com 92% das pessoas a quem propusemos esta solução.

O processo de acordos implicou um gasto em compensações de 131.042 euros, a que se somaram os Créditos Laborais decorrentes da lei, num valor próximo de 10.000 euros.

Em termos médios, cada indemnização ascendeu a 10.920 euros, ficando desta forma o quadro do pessoal a partir de janeiro de 2014 a contar com 32 elementos.

Esta decisão, visa aligeirar os encargos fixos futuros, tendo em conta a sustentabilidade financeira e equilíbrio de contas requerida pela Lei que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local.



2.8. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2011	2012	Variação (P-12)	2013	Variação (P-13)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	3.272.354	2.306.078	-30%	1.212.511	-47%	2.263.648
Subsídios à Exploração - IEFP	8.192	0	-100%	0	0%	2.731
Ganhos imputados de subsidiárias	0	405	100%	0	-100%	135
Aumentos de justo valor	0	0	0%	0	0%	0
Outros Rendimentos ou Ganhos	413.778	184.017	-56%	30.645	-83%	209.480
Total dos Ganhos Operacionais	3.694.325	2.490.500	-33%	1.243.156	-50%	2.475.994
Gastos Operacionais						0
Perdas imputados de subsidiárias	207	0	-100%	872	100%	360
FSE	2.116.157	1.173.156	-45%	870.426	-26%	1.386.580
Gastos com Pessoal	1.069.961	1.011.883	-5%	1.346.626	33%	1.142.823
Imparidade de dívidas a receber	179.712	30.352	-83%	24.608	-19%	78.224
Outros gastos e perdas	53.500	53.979	1%	31.510	-42%	46.330
Gastos/reversões de depreciações	166.706	143.371	-14%	155.621	9%	155.233
Total dos Gastos Operacionais	3.586.243	2.412.742	-33%	2.429.663	1%	2.809.549
Resultados Operacionais	108.081	77.758	-28%	-1.186.507	-1.626%	-333.556
Ganhos Financeiros						0
Juros e rendimentos similares obtidos	50	84.041	168.050%	6.080	-93%	30.057
Gastos Financeiros						0
Juros e gastos similares suportados	79.661	85.045	7%	56.396	-34%	73.701
Resultados Financeiros	-79.611	-1.004	-99%	-50.316	4911%	-43.644
Resultados Antes de Imposto	28.471	76.754	170%	-1.236.823	-1.711%	-377.199

Unidade: Euro



GANHOS OPERACIONAIS

Os **serviços prestados** em 2013, registaram um decréscimo substancial (-47%) face ao registo alcançado em 2012. A diminuição face ao ano de 2012, cifrou-se em - 1.093.567 euros de negócio para a sociedade.

O valor registado de apenas 1.212.511 euros resulta essencialmente de três fatores, um sobejamente sentido e conhecido por todos, a crise, outro originado pelas eleições autárquicas que, em muitas situações levaram ao adiamento da decisão de compra e, a este último, juntou-se a disciplinadora lei dos compromissos.

Na rubrica de **outros rendimentos ou ganhos** foram registados 30.645 euros, que se referem a reconhecimento parcial dos juros, provenientes de descontos de pronto pagamento, que embora pagos em anos transatos são reconhecidos neste ano. Para este valor concorrem ainda regularizações pouco expressivas e despesas debitadas a terceiros.

Em comparação com o ano transato, esta rubrica assiste a uma diminuição substancial (-83%) em virtude de não se terem verificado alienações de ativos em 2013, ao contrário do ocorrido em 2012.

Os **ganhos operacionais** de 1.243.156 euros evidenciam uma quebra de 50% do valor face ao ano anterior, o que estará na base do desempenho negativo da empresa no exercício económico de 2013.

GASTOS OPERACIONAIS

Perdas imputadas a subsidiárias – o valor de 872 euros resultam do apuramento de contas realizado no âmbito do fecho da subsidiária em Cabo Verde em março de 2013, por imposições legais relacionadas com a Lei 50 de agosto de 2012.

Na rubrica dos gastos, verificamos que os **Fornecimentos e Serviços Externos** sofreram um decréscimo de 26% face a 2012. Esta descida, resulta essencialmente



da diminuição de subcontratação, consequência do decréscimo de serviços prestados, comparativamente a 2012, pelas razões já aduzidas na rubrica de serviços prestados. A rubrica de subcontratação sofreu um decréscimo face a 2012 de aproximadamente 40%.

A rubrica de **gastos com pessoal**, sofreu um acréscimo de 33% face a 2012, resultado da reestruturação efetuada no fim do ano, da qual resultaram compensações e créditos laborais que justificam este incremento. Adicionalmente a esta situação excecional e pontual, os gastos com pessoal foram incrementados face à declarada inconstitucionalidade do não pagamento do subsídio de férias em 2013.

As duas situações anteriormente relatadas, justificam o incremento superior a 300.000 euros registados em 2013, face ao mesmo período de 2012.

Imparidade por dívidas a receber – A crise económica registada desde 2008, tem originado o necessário registo de imparidades, a perceção que as vendas, nem sempre se transformam em ganhos efetivos está cada vez mais presente, mesmo em entidades que outrora eram consideradas de bem. Registamos um decréscimo de 19% no valor de imparidades registadas.

Outros gastos e perdas – registaram uma diminuição de 42% em virtude de um decréscimo verificado nas rubricas de imposto único de circulação (menos uma aeronave), menos despesas com o imposto de selo e menor valor de correção de exercícios anteriores.

As **depreciações** registaram um incremento de 9%, fruto dos investimentos realizados em 2013, como a atualização de *software* e *hardware* do sistema SAP, o Equipamento de inspeção de CCTV, o investimento numa viatura em estado de uso e equipamento informático de reposição.

O total dos Gastos Operacionais foi idêntico ao do ano transato, embora com origens diferentes, face a 2012.



O ano de 2013, foi caracterizado por menos subcontratação, menos imparidades e outros gastos, mais investimento e mais custos com pessoal.

RESULTADOS OPERACIONAIS

É de percepção imediata, que mantendo-se os custos inalterados e assistindo-se a uma variação negativa de 50% nos ganhos operacionais, relativamente a 2012, que o resultado alcançado foi fortemente penalizado pela ausência de mercado para colocar os nossos serviços, originando num Resultado Operacional negativo.

Apesar desta evidência, a reestruturação de custos com pessoal encetada em dezembro de 2013, agravou ainda mais os resultados operacionais, mas revelar-se-á de importância extrema na garantia da competitividade futura da sociedade.

Conforme se pode constatar no quadro seguinte, estamos perante um resultado atípico, em particular no último triénio, em que apesar da crise instalada foi sempre possível gerar um "EBIT" positivo, à exceção do presente exercício económico:

<i>Exercício/Rubrica</i>	2011	2012	VAR, % (11/12)	2013	VAR, % (12/13)
GANHOS OPERACIONAIS	3.694.325	2.490.500	-33%	1.243.156	-50%
GASTOS OPERACIONAIS	3.586.243	2.412.742	-33%	2.429.663	1%
RESULTADOS OPERACIONAIS	108.081	77.758	-28%	-1.186.507	-1.626%

Unidade: Euro

Relatório e Contas 2013

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A rubrica de **Gastos de Financiamento Líquido**, comporta essencialmente os **Ganhos** provenientes de juros debitados a clientes, decorrente dos pagamentos em atraso, e **Gastos** provenientes de financiamento bancário.

A componente de **Ganhos** em 2013, apresentou um valor residual e deriva somente de juros debitados em processos de contencioso que foram favoráveis à Município.

A introdução da lei dos compromissos veio disciplinar os pagamentos, tendo-se assistido nos Municípios a menores atrasos na solvabilidade dos seus compromissos e consequentemente a uma diminuição dos juros a debitar.

Quanto aos **juros e gastos**, verificou-se um decréscimo acentuado de -34% face a 2012 e de - 29% se compararmos com 2011.

Para este decréscimo acentuado, concorreram os pagamentos por parte dos clientes de forma mais célere, o que permitiu um menor recurso à conta corrente caucionada, o fim do contrato de Leasing do Edifício da sede da sociedade (tendo esta exercido o direito de opção) e taxas Euribor mais baixas.

O ano de 2013, apesar do mau desempenho, fica marcado por uma gestão de tesouraria muito tranquila, onde uma das contas correntes caucionadas não foi movimentada desde maio e a outra em 31.12.2013 tinha um rácio de utilização inferior a 50% face ao *plafond* disponível.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos os seguintes resultados:

	2011	2012	VAR. % (11/12)	2013	VAR. % (12/13)
JUROS E RENDIMENTOS	50	84.041	168.050%	6.080	-93%
JUROS E GASTOS	79.661	85.045	7%	56.396	-34%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-79.611	-1.004	99%	-50.316	4.911%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros negativos, cujas explicações foram dadas anteriormente e que resultam num desempenho negativo da sociedade em 2013, num contexto de crise generalizada.

Como ponto positivo deve realçar-se que os **Resultados Antes de Impostos** de 2012 e 2011 foram positivos, o que desonerou os acionistas de reequilibrar as contas. Por último, o resultado de -1.236.823 euros, já inclui gastos com medidas estruturantes que visam reduzir substancialmente os gastos permanentes para os exercícios seguintes, dando garantias não só de continuidade, como também de uma estrutura de custos permanentes mais ligeira e, como tal, mais adequada aos dias de hoje, onde o preço ganhou preponderância exclusiva no ato de contratar.

Ao valor registado nos Resultados Antes de Impostos, somou-se a relevante carga fiscal, apurando-se desta forma um **Resultado Líquido** negativo de -1.259.227 euros.

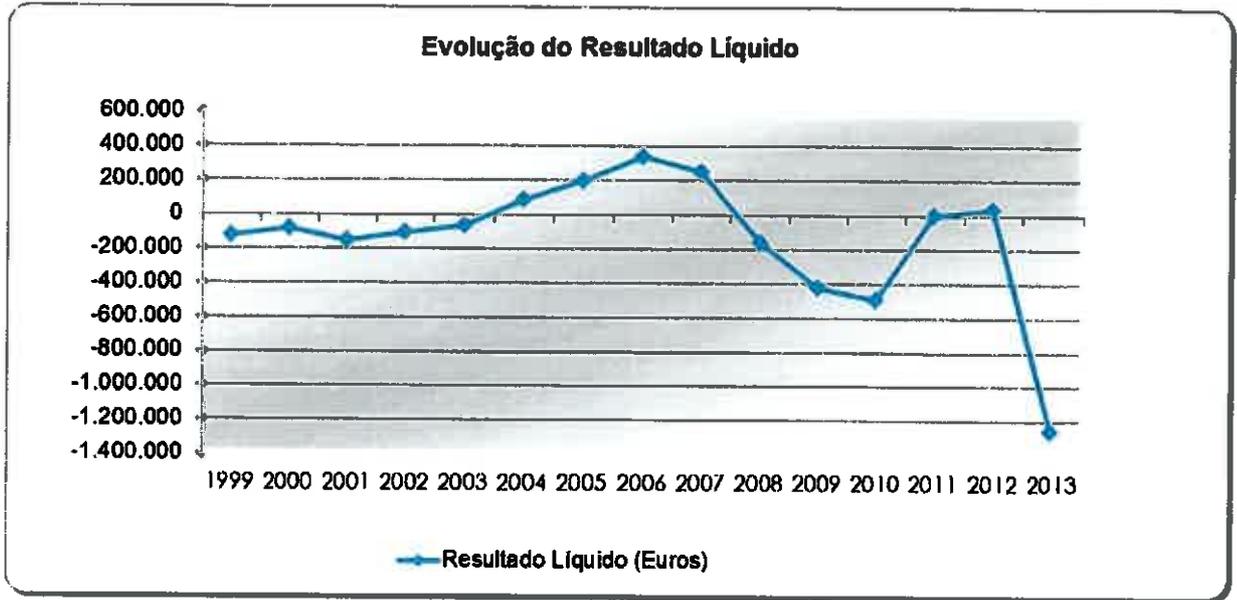


RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34%
2001	-151.965	-91%
2002	-104.053	32%
2003	-61.238	41%
2004	89.791	247%
2005	205.745	129%
2006	347.733	69%
2007	257.180	-26%
2008	-153.789	-160%
2009	-419.737	-173%
2010	-491.754	-17%
2011	5.566	101%
2012	41.347	643%
2013	-1.259.227	3.146%
Média	-126.305	

[Handwritten signature]



INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2011	2012	2013	Média	Var 11-12	Var 12-13
Volume de Negócios	3.272.354	2.306.078	1.212.511	2.263.648	-30%	-47%
Rentabilidade das Vendas	0,17%	1,79%	-103,85%	-33,96%	954%	-5.892%
EBIT (Resultado Operacional)	108.081	77.758	-1.186.507	-333.556	-28%	-1.626%
Resultado Líquido	5.566	41.347	-1.259.227	-404.105	643%	-3.146%
Cash Flow Líquido	351.983	215.070	-1.078.998	-170.648	-39%	-602%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – É o indicador fundamental para identificar a origem de quebra de performance da empresa em 2013. A variação negativa de aproximadamente 50% face ao ano de 2012, é revelador das dificuldades comerciais sentidas ao longo de todo o ano. O Volume de Negócios alcançado de 1.212.511 euros é pouco mais do que 50% da média registada no triénio em análise, o que é revelador do ano excecional de 2013.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Este rácio é fortemente condicionado pelos péssimos resultados obtidos nas vendas e no resultado líquido, apresentando-se negativo, situação que não se verificava desde 2010.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – Apresenta um resultado negativo de 1.186.507 euros, essencialmente explicado pela quebra de prestação de serviços já descrita e pela manutenção da estrutura de custos, que só a partir de 2014, será reduzida tendo em conta as medidas tomadas em dezembro de 2013.

Os **Resultados Líquidos** embora tenham sido negativos em 2013, verifica-se que no triénio em análise é a primeira vez que tal acontece, apesar da crise instalada desde 2008.



Relatório e Contas 2013

O **Cash Flow** – É necessário recuar ao ano de 2010, para observarmos um registo negativo de libertação de fluxos monetários, o que é revelador do adverso exercício económico que agora findou.

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2011	2012	2013	Média	Var. 11-12	Var. 12-13
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	68.174	50.132	26.945	48.417	-26%	-46%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	193	62	73	109	68%	-18%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	306	299	141	249	2%	53%

Unidade: Euro

O **Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas)** - a descida acentuada do Volume de Negócios, bem como a manutenção do número de funcionários a 31.12.2013, implicou uma variação negativa deste indicador que tem vindo a diminuir desde 2011.

Entre 2012 e 2013, a diminuição do indicador do Volume de Negócios por Trabalhador foi de 46%, e sabemos que neste exercício cada funcionário gerou 26.945 euros de negócio, bem abaixo da média do triénio, que foi de 48.417 euros.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – regista-se um excelente desempenho da Municípa, uma vez que em termos médios utiliza apenas 73 dias até satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – o indicador tem vindo a melhorar ano após ano, consequência da estratégia adotada em 2010 e em que passamos a acionar os clientes com pagamentos em atraso com processos de contencioso, o que em algumas situações resulta em acordos, tendo por base um plano de pagamentos e recuperação dos créditos.

Comparativamente a 2012, registou-se uma variação positiva de 53%, tendo contribuído para este desempenho algumas contas de Municípios que viram as suas candidaturas ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) aprovadas, o que tem permitido a recuperação deste indicador.



Relatório e Contas 2013

Para além deste fator, a lei dos compromissos tem dado um contributo substancial na melhoria deste indicador.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma diminuição deste indicador em 50% face ao ano transato, contudo, o somatório das rubricas que concorrem para o cálculo do ativo mantêm-se com um valor idêntico ao do ano anterior, ainda que influenciado por compensações de valores entre menos dívidas de clientes e mais dívidas dos acionistas. Mantendo-se neste contexto o Ativo Corrente idêntico ao do ano transato, será por força do registado no Passivo Corrente que ocorre a degradação deste rácio face ao registado em 2012.

Ao analisarmos em detalhe o Passivo Corrente, identificamos como muito positivo a diminuição das dívidas a fornecedores de -30.399 euros que no ano transato, porém a rubrica de outras Contas a Pagar, que incluem as dívidas a funcionários a 31.12.2013 (no contexto da reestruturação), levaram ao aumento das dívidas a curto prazo, originando o decréscimo para 2,4 do presente rácio.

Apesar desta diminuição, este rácio de liquidez geral não só é superior ao registado em 2011, como demonstra que a soma das disponibilidades e créditos a curto prazo superam em 2,4 vezes o passivo elegível no mesmo período, ou seja, as nossas disponibilidades mais do que duplicam os nossos compromissos de curto prazo.

<i>Tesouraria</i>	2011	2012	2013	Média	Var, 11-12	Var, 12-13
Liquidez Geral	1,9	4,8	2,4	3,04	145%	-49%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2011	2012	2013	Média	Var 11-12	Var 12-13
Autonomia Financeira	50,90%	73,60%	66,80%	63,77%	44,6%	-9,2%
Solvabilidade	1,21	3,41	2,49	237,00%	181,8%	-27,0%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,15%	1,10%	-38,38%	-12,38%	634,7%	-3.581,3%

Autonomia Financeira (CP/AT) – este indicador registou um decréscimo de 9,2%, tendo como origem o facto do capital próprio ter diminuído, mais do que proporcionalmente à diminuição do ativo total.

Conclui-se que o ativo é financiado em 67% tendo por base recursos próprios (capital próprio), o que tem garantido ao longo dos anos, uma forte independência de capitais alheios, situação que se revelou de extrema importância no decorrer da turbulência financeira dos últimos anos.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Provetos Diferidos)) – verificou-se uma descida de 27% deste indicador, justificada pela mau desempenho financeiro, com consequências na descida do capital próprio e pelo facto do passivo registar um incremento de 18%, explicado essencialmente pelos compromissos assumidos em sede de reestruturação dos postos de trabalho, que geraram uma dívida a 31.12.2013 que será solvida ao longo de 2014. A estimativa do subsídio de férias, que no ano transato não havia sido efetuada por impedimento legal e que neste ano foi reconhecida, também contribuiu para o agravamento do passivo de curto prazo.

O passivo apresenta uma tendência decrescente quer a médio e longo prazo, quer a curto prazo. No médio e longo prazo a descida deriva da amortização regular do



contrato de *leasing* da única máquina digital de grande formato existente em Portugal, e no curto prazo assiste-se à descida das dívidas com fornecedores.

Em síntese, apesar dos resultados deste exercício, a capacidade de solver os nossos compromissos mantém-se intacta, uma vez que o capital próprio supera em 2,49 vezes os compromissos assumidos.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – A recuperação que este indicador evidenciava nos últimos 2 anos, foi este ano absorvida por um resultado muito negativo, gerando neste ano rentabilidades negativas aos detentores do capital.



INDICADORES LEGAIS

A Município tem apresentado contas equilibradas nos últimos dois anos, o que tem permitido cumprir a regra do equilíbrio financeiro exigida, quer no âmbito da legislação aplicável até 31 de dezembro de 2011, quer relativamente ao exigido pela Lei 50/2012 de 31 de agosto, aplicável ao presente exercício económico.

Unidade: Euro

<i>Legais</i>	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011	Lei 50/2012 2012	Lei 50/2012 2012
Regra do Equilíbrio de Contas	-647.598	28.421	76.454	-1.236.823

No exercício de 2013, haverá lugar à transferência prevista no número 2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, em consequência dos Resultados Antes de Impostos serem no valor de -1.236.823 euros.

Seguidamente, apresentamos a relação dos acionistas atuais, com data de referência a 31.12.2013, bem como a situação de regularização das transferências em conformidade com a Lei 53 – F/2006 de 29 de dezembro (atual Lei 50/2012 de 31 de agosto).

Relatório e Contas 2013

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part.	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2011/2012	2013
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	0,00	0,00	0,00	0,00	701.402,67
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	9.246,50	28.657,97	30.952,54	0,00	59.115,07
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	0,00	0,00	0,00	0,00	57.395,12
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	0,00	28.602,22
Mun. de Matra	15.000	74.850,00	2,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	28.602,22
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	28.602,22
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	26.695,40
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	0,00	0,00	0,00	0,00	20.965,43
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.553,14
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Oliveira de Frades	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. da Sertão	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. de Silves	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. de Tavira	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,07
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	0,00	9.534,07
Mun. de Ferreira do Zêzere	4.000	19.960,00	0,62%	0,00	0,00	0,00	0,00	7.627,26

Relatório e Contas 2013

Acionistas

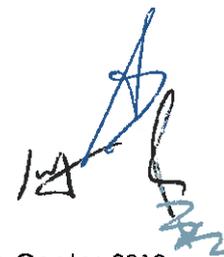
	Número de ações	Valor da particip. €	% da part.	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2011/2012	2013
Com. Intermunicipal do Médio Tejo	2.498	12.465,02	0,39%	745,04	2.309,13	2.494,01	0,00	4.763,22
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	3.809,82
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	358,5	1.111,12	1.200,08	0,00	2.291,99
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.914,44
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	299,45	928,09	1.002,40	0,00	1.914,44
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	1.910,63
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.910,63
Mun. de Alvaiázere	1.002	4.999,98	0,15%	298,85	926,24	1.000,40	0,00	1.910,63
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	298,85	926,24	1.000,40	0,00	1.910,63
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.910,63
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.906,81
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	298,26	924,39	998,4	0,00	1.906,81
Mun. de Vila de Rei	1.000	4.990,00	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.906,81
Assoc. de Mun. da Região de Leiria	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Com. Interm. do Aço Alentejo	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Município	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91

Relatório e Contas 2013

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da. part.	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2011/2012	2013
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Santa Maria Penaguão	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Sembrancelhe	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Sever do Vouga	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	0,00	1.904,91
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,91
Mun. de Vila Nova de Poares	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	997,41	0,00	1.904,91
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	37.192,20	119.892,56	132.487,29	0,00	1.236.822,87

Síntese	2008	2009	2010	2011/12	2013	Total
Valores Liquidados	156.266	479.698	515.111	0	0	1.151.075
Valores em dívida	37.192	119.893	132.487	0	1.236.823	1.526.395
Total	193.458	599.590	647.598	0	1.236.823	2.677.470



2.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2013, no valor de -1.259.226,99 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Emídio António Baptista, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 3 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente

Eng. João Paulo Mota da Costa Lopes – Administrador

Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

Handwritten signature and initials in blue ink.

CONTAS DO EXERCÍCIO



- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstração de Resultados por Funções



3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2013

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	+ 13	1.212.511,39	2.306.078,00
Subsídios à exploração	+	0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	-871,87	405,08
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-870.426,14	-1.173.155,74
Gastos com o pessoal	- 6.2	-1.346.625,54	-1.011.883,43
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 12	-24.607,81	-30.352,33
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	30.644,93	184.016,64
Outros gastos e perdas	-	-31.510,41	-53.978,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	-1.030.885,45	221.129,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 11	-155.621,14	-143.371,12
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	-1.186.506,59	77.758,39
Juros e rendimentos similares obtidos	+	6.079,66	84.041,31
Juros e gastos similares suportados	-	-56.395,93	-85.045,42
Resultado antes de impostos	=	-1.236.822,86	76.754,28
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-22.404,13	-35.407,59
Resultado líquido do período	=	-1.259.226,99	41.346,69

Luís Vasquez
Federico Zinica
Jug

[38.737182, -9.304986]





localização e valor

Boz A

Entidade: **MUNICÍPIA, S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2013
 Período findo em 31-12-2013

Contas Individuais Montantes expressos em Euros

DESCR. DO	PERÍODO PRECEDENTE	ALTERAÇÕES NO PERÍODO										PERÍODO PRECEDENTE	31-12-13					
		Prima de colação de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de transações e transações	Reversão de resultados de efeitos fiscais tangíveis e intangíveis	Benefícios de resultados de abates fiscais tangíveis e intangíveis	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RELAZIMADO PERÍODO	RELAZIMADO PERÍODO	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL, NO PERÍODO			Realizações de capital	Realizações de prêmios de entidade	Distribuições	Erros para correção de partidas	Outras operações
Total de Capital Próprio	3.750.351,22	0,00	-447.028,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-447.028,11	-1.259.226,99	-1.706.265,10	1.236.812,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.812,87	3.236.878,67
Total	3.750.351,22	0,00	-447.028,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-447.028,11	-1.259.226,99	-1.706.265,10	1.236.812,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.812,87	3.236.878,67
Result. líquido período	41.346,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.259.226,99
Outras variações no CP	-109.897,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.346,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-109.897,20
Bonificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	45.379,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.379,02
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.440.667,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440.667,62
Ações próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital realizado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

[38.737182; -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31-12-2013

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	2.933.376,91	4.412.341,55
Pagamentos a fornecedores	-	-1.108.743,17	-2.507.379,87
Pagamentos ao pessoal	-	-754.033,65	-714.619,45
Caixa gerada pelas operações	↔	1.070.600,09	1.190.342,23
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-16.128,21	-40.053,42
Outros recebimentos/pagamentos	↔	-1.052.292,74	-519.412,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	↔	2.179,14	630.876,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-19.546,43	-1.942,27
Ativos intangíveis	-	-49.639,02	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	4.687,56	79.687,56
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	6.079,66	84.041,31
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	↔	-58.418,23	161.786,60
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	245.000,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	61.194,23	38.396,44
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-210.177,81	-803.022,30
Juros e gastos similares	-	-35.789,80	-69.471,00
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-9,99	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	↔	60.216,63	-834.096,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	↔	3.977,54	-41.434,08
Efeito das diferenças de câmbio	↔	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9.599,74	51.033,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13.577,28	9.599,74



[38.737182, -9.304986]

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number 352.



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2013

1 – Identificação da Entidade

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma E.M., Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre outras, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras, foram ainda

preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) As participações financeiras estão calculadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.
- e) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

f) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, Da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 108.345,36 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 309.669,88 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 209.478,08 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 164.756,27 euros, essencialmente relativos a seguros, remunerações, juros e taxas de saneamento a liquidar.

g) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 143.076,13 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

h) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

i) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31,º da lei 53-F/2006. No presente exercício e já em conformidade com a nova legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão desequilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo.

j) As Imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	83,48
DO Caixa Geral de Depósitos	560,33
DO Banco Espírito Santo	12.933,47
Total	13.577,28

Unidade: Euros

5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**5.1 – Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente**

Desde a sua constituição, até à presente data os ajustamentos decorrentes das perdas de imparidade, têm por base a utilização de políticas contabilísticas, estimativas e critérios estatísticos que se encontram desajustados da atual conjuntura económica e dos novos paradigmas no setor público, pelo que merecem ser ajustados face a novos critérios de prudência, que até aqui considerávamos adequados. Face à nova perceção da realidade, a sociedade decidiu alterar as suas políticas contabilísticas, estimativas e os seus critérios de cálculo do valor dos ajustamentos, originando assim uma diferença, que não decorre do período, mas sim de um conjunto de sinais acumulados, que vão transmitindo degradação continua da economia, tornando-se necessário proceder a ajustamentos nos critérios da prudência, que serão forçosamente mais rigorosos na conjuntura que atravessamos.

Tendo em consideração o normativo, bem como o POC versus SNC, explicado de Paula Franco (OTOC) na conta de gastos, regista-se apenas os gastos do período, pelo que não se crê que se deva registar nas mesmas, o efeito de tais alterações.



Considerando que:

1. Que na introdução do SNC os ajustamentos de transição foram contabilizados em contas de capital;
2. Que no modelo o normativo prevê que as alterações de políticas contabilísticas devam ser registadas em contas de capital, resultados transitados;
3. Que segundo a estrutura conceptual os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados com base numa associação direta entre os custos incorridos e a obtenção de rendimentos específicos;
4. Que nas normas sobre as alterações de Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas indiretamente indiciam que não se deve colocar em gastos do período ajustamentos referentes a períodos passados e que se deve efetuar alterações nas políticas contabilísticas de forma retrospectiva, até ao ponto que seja praticável e justificável;
5. Que quando for impraticável determinar a quantia de um erro na aplicação de uma política contabilística para que a informação comparativa, deva só aplicar-se a partir da data em que tal seja praticável;
6. Que em algumas circunstâncias, torna-se impraticável ajustar informação comparativa para um ou mais períodos anteriores para conseguir comparabilidade para o período corrente;
7. Que podem não ter sido coligidos dados no(s) período(s) anterior(es) de uma forma que permita a aplicação retrospectiva de uma nova política contabilística;
8. Que, não deve ser usada percepção ao aplicar uma nova política contabilística a, ou ao corrigir quantias para, um período anterior, quer ao fazer suposições sobre quais teriam sido as intenções do órgão de gestão num período anterior, quer ao estimar as quantias reconhecidas, mensuradas ou divulgadas num período anterior;

Bem como:

1. Que não se consegue determinar o ano e o valor concreto por cada ano anterior, mas tendo sido transmitido pela empresa a perfeita consciência que tais situações não dizem respeito ao ano em curso;
2. Que as perdas de imparidade não resultam direta e unicamente da aplicação dos critérios utilizados;

É assim aceite que a melhor forma de apresentar contas da sociedade, passa por contabilizar todas as alterações contabilísticas e estimativas materialmente relevantes fora dos gastos do período.

Neste sentido optou-se, com as devidas ressalvas, por contabilizar e repartir os ajustamentos entre os registados em gastos e perdas do período e os ajustamentos derivados de alterações de políticas contabilísticas, originando o registo em resultados transitados de 447.038,11 euros.

6 – Partes relacionadas:

6.1 – Relacionamento com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 56,71%, pela Câmara Municipal de Oeiras, estando o restante capital social disperso pelos restantes 71 acionistas, todos eles, abrangidos pelo Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A Município, detinha uma participação de 100% na sociedade Município CV, com sede em Cabo Verde.

Foi contabilisticamente encerrada em 31.12.2012 e anulada a matriz na conservatória em março de 2013, no escrupuloso cumprimento da lei.

6.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações da Administração incluindo despesas de representação registaram o montante de 39.146 euros, não incluindo os encargos sociais. Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7,200 euros e relativamente à Assembleia Geral não houve lugar a pagamento da senha de presença.

6.3 – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2013
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	295.293,00	55.964,39

Unidade: Euro

7 – Ativos intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** regista-se um investimento no montante de 7.249 euros, à atualização do ERP-SAP.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ de fid.p venda	Reval. J.Valor	Transferências	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	435.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.848,00
Programas de comp.	737.809,78	7.249,02	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.173.657,78	7.249,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.906,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Alivo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Relatório e Contas 2013

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1.138.661,68	18.502,53	0,00	0,00	1.157.164,21
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.138.661,68	18.502,53	0,00	0,00	1.157.164,21
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.848,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-412.105,41
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.742,59
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						23.742,59

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Ativos fixos tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 61.936 euros, repartido essencialmente por equipamento básico (aquisição de hardware para a atualização dos servidores do Datacenter, equipamento de inspeção de CCTV) e de transporte (Viatura usada Opel Corsa Van).

Relatório e Contas 2013

Foram abatidos computadores, servidores, plotters e impressoras em virtude de se encontrarem obsoletos. Deste modo, os ativos fixos tangíveis diminuíram em 72.875,08 euros.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ de fid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.195.624,24	56.584,58	0,00	0,00	0,00	-64.922,51	0,00	2.187.286,31
Equipamento de transporte	24.387,75	4.552,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.940,60
Equipamento administrativo	126.331,86	799,00	0,00	0,00	0,00	-7.952,57	0,00	119.178,29
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,00
Ativos fixos tangíveis	3.934.548,33	61.936,43	0,00	0,00	0,00	-72.875,08	0,00	3.923.609,68
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações							Saldo Final
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ de fid.p venda	Abates	Transf.		
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	308.656,25	23.780,58	0,00	0,00	0,00	0,00	332.436,83	
Equipamento básico	1.136.194,76	108.642,93	0,00	0,00	-64.922,51	0,00	1.179.915,18	
Equipamento de transporte	22.617,67	2.107,21	0,00	0,00	0,00	0,00	24.724,88	
Equipamento administrativo	120.168,40	2.532,27	0,00	0,00	-7.952,57	0,00	114.748,10	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos fixos tangíveis	264,22	55,62	0,00	0,00	0,00	0,00	319,84	
Ativos fixos tangíveis	1.587.901,30	137.118,61	0,00	0,00	-72.875,08	0,00	1.652.144,83	
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Unidade: Euros

Relatório e Contas 2013

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Saldo Final	Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	At. Revaloriz.			
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865.855,26	
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.371,13	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.215,72	
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.430,19	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,16	
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.271.464,85	
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
							2.271.464,85	

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

9 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	384.587,97	477.912,03

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACIONES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	349.254,49	513.245,51

Unidade: euros

De 2001 a 2013, existiu um contrato de leasing das instalações da sede da Município, tendo o mesmo terminado em novembro de 2013, tendo a sociedade exercido o direito de opção pelo valor residual, tomando a posse plena de 1.000 m2, sitos no Taguspark.

10 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2013, estavam utilizados 245.000 euros de contas correntes caucionadas, sendo gerado os seguintes encargos financeiros para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição do edifício	403,11
Juros da aquisição da DMC	12.607,74
Juros das contas correntes caucionadas	14.631,26

Unidade: Euros

11 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 155.621,14 euros, diz respeito ao valor das amortizações efetuadas.

12 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Foram constituídas provisões para imparidades em clientes que ascenderam a 24.607,81 euros, devido à elevada probabilidade de incobrabilidade da dívida a entidades privadas.

Para além deste valor foi contabilizado em resultados transitados o montante de 447.038,11 euros, de acordo com o referido no ponto 5.1..

13 – Rédito

No ano de 2013, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 1.212.511,39 euros.

Neste valor estão incluídos 209.478,08 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão também incluídos 296.779,55 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2013, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

14 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município não beneficiou de qualquer transferência de recursos económicos (subsídios, dotações, subvenções, empréstimos) provenientes de qualquer entidade pública, seja ela de origem nacional, local ou mesmo acionista.

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada		Saldo por utilizar
		2011	2012	
2008	193.213,20	20.630,21	80.755,58	91.827,41
2009	492.216,34	0,00	0,00	492.216,34
2010	620.665,49	0,00	0,00	620.665,49
2013	1.209.521,53	0,00	0,00	1.209.521,53
TOTAL	2.515.616,56	20.630,21	80.755,58	2.414.230,77

Unidade: Euros

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	622.070,13
TOTAL	622.070,13

Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 143.076,13 euros.

Impostos diferidos utilizados no período de 2013, referente a exercícios anteriores relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 0,00 euros.

Tributações autónomas de 2013: 22.404,13 euros.

PEC utilizados: 0,00 euros

Derrama: 0,00 euros

Imposto do exercício: 22.404,13 euros

PEC - Pagamento Especial por Conta por utilizar

ANOS	MONTANTE
2013	70,94
2012	7.344,72
2011	4.802,76
2010	3.040,67

Unidade: Euros

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2013: Um dólar americano (USD) = 0,72633 euros

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2013 foi de 45 pessoas.

Em 31.12.2013, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

A 31.12.2013 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

B

Legais	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013
Regra do Equilíbrio de Contas	37.192	119.893	132.487	0	1.236.823

Unidade: Euros

No exercício de 2013 procedeu-se a um processo de reestruturação do quadro de pessoal, que passou pela redução do número de postos de trabalho, na percentagem permitida por Lei, o que implicou um gasto em compensações de 131.042 euros, a que se somaram os Créditos Laborais decorrentes da lei, num valor próximo de 10.000 euros. Esta redução de efetivos teve impacto no dia 1 de janeiro de 2014.

Esta decisão, visa reduzir os encargos fixos futuros, tendo em conta a sustentabilidade financeira e equilíbrio de contas requerida pela Lei que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local. Desta forma estará a sociedade preparada para responder de forma mais eficaz ao mercado atual, com o objetivo de não penalizar os acionistas.

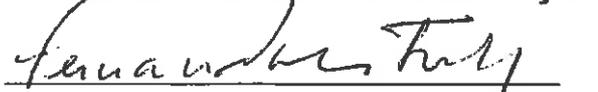
Oeiras, 3 de fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



D. Nuno Miguel Gonçalves Marques

O Conselho de Administração,



Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente



Eng. João Paulo Mota da Costa Lopes – Administrador



Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**

--

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
de
MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na a qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa durante 2013 e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2013.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilístico (SNC) e restante legislação e normas aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2013 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

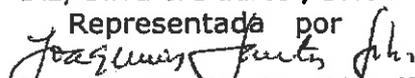
- o relatório de gestão e contas de 2013.
- a proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2014

O Fiscal Único

Diz, Silva & Duarte, SROC

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1- INTRODUÇÃO

Examinamos as contas de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 4 909 290 euros e um total de capital próprio de 2 438 284 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 1259 227 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4- O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão /Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o respectivo exame incluiu:

. a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios e juízos definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

. a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias.

· a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
· a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 -O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6-Entendemos que o exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7- Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas constantes do Sistema de Normalização Contabilística português e restante legislação e/ou normas aplicáveis.

RELATO DE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8- É também nosso parecer que as matérias do relatório de gestão relacionadas com as demonstrações financeiras são no essencial concordantes com as mesmas.

9- ÊNFASE

Sem pôr em causa a opinião referida nos números 7. e 8. anteriores, consideramos importante relevar que nas demonstrações financeiras de 2013 foram reconhecidas, por contrapartida de Resultados transitados, imparidades de créditos sobre clientes do sector público no total de 368 313 €, matéria que suscita as considerações:

a - Os ajustamentos em causa têm por fundamento a alteração voluntária da política contabilística no reconhecimento das imparidades de crédito sobre entidades do sector público e têm por objectivo de proporcionar uma melhor expressão da posição financeira da empresa, dado que as diligências efectuadas indiciam incertezas quanto à cobrança desse montante.

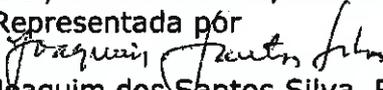
b - De acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro

(NCRF)n.º 4 o reconhecimento em resultados transitados deve ser objecto de reexpressão nas contas de exercícios anteriores em que as circunstâncias que fundamentam a alteração da política eram já identificáveis, pelo que deveria também ser ajustado o balanço de 2012, procedimento que permitiria uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras.

Esta matéria é objecto da nota n.º 5 do anexo às demonstrações Financeiras.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2014

Diz, Silva & Duarte, SROC
Representada por


Joaquim dos Santos Silva, ROC n.º 383